

# DIÁLOGO GLOBAL

5.2

4 edições por ano em 15 idiomas

Sociologia norte-americana  
em crise

Ivan Szelenyi

Sociologia global  
em questão

Gurminder Bhambra

Os futuros  
que queremos

Markus S. Schulz

Após  
Charlie Hebdo

Stéphane Beaud,  
Mabel Berezin,  
Elisabeth Becker

Simpósio Global:

- > Sociologia no Paquistão
- > Celebrando Ulrich Beck
- > Sociologia irlandesa

REVISTA



International  
Sociological  
Association



VOLUME 5 / EDIÇÃO 2 / JUNHO DE 2015  
<http://isa-global-dialogue.net>

GD



# > Editorial

## O Futuro da Sociologia, a Sociologia do Futuro

**E**sta edição inaugura uma nova série sobre o futuro da sociologia. O renomado sociólogo húngaro, Ivan Szelenyi, oferece um diagnóstico da tripla crise da sociologia norte-americana – política, teórica e metodológica. A sociologia norte-americana perdeu suas amarras políticas que atraíram e estimularam os alunos nos anos 1960 e 1970; perdeu sua vantagem metodológica, incapaz de manter-se junto com a análise causal oferecida por experimentos de campo que, agora, prosperam na ciência política e na economia; perdeu sua imaginação teórica derivada de um envolvimento com pensadores clássicos. A sociologia dos Estados Unidos perdeu seu caminho, não mais atraente às novas gerações de estudantes. Isto poderia ser verdade?

Escrevendo a partir do Reino Unido, Gurminder Bhambra é crítica à qualquer enfoque exclusivo sobre o Norte, tal como Szelenyi, mas também da sociologia “nativa”, do cosmopolitismo global e da teoria da modernização, quer estes trabalhos tomem o eurocentrismo como ponto de partida ou como ponto de referência. Nenhuma dessas perspectivas alcançam o objetivo de uma sociologia mundial proposta por ela, qual seja, a recuperação de experiências coloniais e pós-coloniais moldadas por conexões transnacionais. Mas, poderia haver uma sociologia global sem a *participação* do Sul? Dois jovens sociólogos do Paquistão, Laila Bushra e Hassan Javid, descrevem obstáculos para a própria existência da sociologia (para não mencionar da sociologia global) em muitos países do Sul, embora o Paquistão tenha uma associação sociológica nacional e 19 membros individuais do ISA.

Também não podemos esquecer a profunda presença do Sul no Norte. No rescaldo dos assassinatos de *Charlie Hebdo*, Stéphane Beaud nos dá uma noção dos debates entre os sociólogos franceses, enquanto Mabel Berezin descreve a insurgência da política da direita em toda a Europa. Com base em seu trabalho de campo em mesquitas na Alemanha, Espanha e Reino Unido, Elisabeth Becker torna palpável o intenso temor que circula através das comunidades muçulmanas.

Markus Schulz, Vice-Presidente de Pesquisa da ISA, move-nos desde um futuro da sociologia para uma sociologia do futuro, tema do Fórum ISA, em Viena, entre 10-14 de julho de 2016. Ele nos abre para a importância de diagnosticar nosso futuro e nos alerta para seus perigos. O futuro está ao alcance do ser humano e a sociologia deveria reconhecer seu lugar na formação desse futuro. A visão de Schulz é inspirada em Ulrich Beck, que morreu no dia 1º de janeiro de 2015 – uma perda trágica para a sociologia e para a comunidade internacional. Trata-se de um sociólogo cuja influência e inspiração foram muito além da nossa disciplina. Aqui, nós celebramos suas contribuições pioneiras com reflexões da Alemanha, Argentina, Coréia do Sul e Canadá.

Por fim, continuamos nossa série de sociologias nacionais – desta vez, da Irlanda. Quatro artigos refletem sobre a transformação global da Irlanda: o impacto da crise econômica induzida a nível global, a resposta de uma esfera pública renascente, o caráter transnacional da família irlandesa e as implicações do apoio europeu ao movimento das mulheres irlandesas. .

- > **A *Diálogo Global* pode ser encontrada em 15 idiomas no [website da ISA](#)**
- > **Submissões devem ser enviadas a [burawoy@berkeley.edu](mailto:burawoy@berkeley.edu)**



**Ivan Szelenyi**, distinto sociólogo húngaro, reflete sobre suas longas e diversas experiências da sociologia norte-americana e prefigura o seu desaparecimento.



**Gurminder Bhambra**, importante socióloga inglesa, crítica abordagens convencionais para a sociologia global e oferece a sua abordagem “sociologias conectadas”.



**Markus S. Schulz**, Vice-Presidente de pesquisas da ISA, introduz o tema para o Fórum da ISA em Viena, de 10-16 julho de 2016: *Os Futuros que queremos: Sociologia global e as lutas por um mundo melhor.*



**A *Diálogo Global* é possível graças à generosa contribuição da **SAGE Publications**.**

## > Editorial

**Editor:** Michael Burawoy.

**Editor Associado:** Gay Seidman.

**Editores Executivos:** Lola Busuttil, August Bagà.

### **Conselho Editorial:**

Margaret Abraham, Markus Schulz, Sari Hanafi, Vineeta Sinha, Benjamin Tejerina, Rosemary Barbaret, Izabela Barlinska, Dilek Cindoğlu, Filomin Gutierrez, John Holmwood, Guillermina Jasso, Kalpana Kannabiran, Marina Kurkchian, Simon Mapadimeng, Abdul-mumin Sa'ad, Ayse Saktanber, Celi Scalón, Sawako Shirahase, Grazyna Skapska, Evangelia Tastsoglou, Chin-Chun Yi, Elena Zdravomyslova.

### **Editores Regionais**

#### **Mundo Árabe:**

Sari Hanafi, Mounir Saidani.

#### **Brasil:**

Gustavo Taniguti, Andreza Galli, Renata Barreto Preturlan, Ângelo Martins Júnior, Lucas Amaral, Rafael de Souza, Benno Alves.

#### **Colômbia:**

María José Álvarez Rivadulla, Sebastián Villamizar Santamaría, Andrés Castro Araújo, Katherine Gaitán Santamaría.

#### **Índia:**

Ishwar Modi, Rashmi Jain, Pragya Sharma, Jyoti Sidana, Nidhi Bansal, Pankaj Bhatnagar.

#### **Irã:**

Reyhaneh Javadi, Abdolkarim Bastani, Niayesh Dolati, Mitra Daneshvar, Faezeh Khajehzadeh.

#### **Japão:**

Satomi Yamamoto, Hikari Kubota, Hatsuna Kurosawa, Masahiro Matsuda, Yuka Mitani, Ayaka Ogura, Hirota Omatsu, Fuma Sekiguchi.

#### **Cazaquistão:**

Aigul Zabirova, Bayan Smagambet, Gulim Dosanova, Daurenbek Kuleimenov, Elmira Otar, Ramazan Salykzhanov, Adil Rodionov, Nurlan Baygaby, Gani Madi, Anar Bilimbayeva, Galimzhanova Zhulduz.

#### **Polónia:**

Adam Müller, Anna Wandzel, Jakub Barszczewski, Justyna Kościńska, Justyna Zielińska, Kamil Lipiński, Karolina Mikołajewska, Krzysztof Gubański, Mariusz Finkielsztajn, Martyna Maciuch, Mikołaj Mierzejewski, Patrycja Pendrakowska, Weronika Gawarska, Zofia Penza.

#### **Romania:**

Cosima Rughiniş, Corina Brăgaru, Andreea Acasandrea, Ramona Cantaragiu, Alexandru Dutu, Ruxandra Iordache, Mihai-Bogdan Marian, Angelica Marinescu, Anca Mihai, Monica Nădrag, Balazs Telegdy, Elisabeta Toma, Elena Tudor.

#### **Rússia:**

Elena Zdravomyslova, Anna Kadnikova, Asja Voronkova.

#### **Taiwan:**

Jing-Mao Ho.

#### **Turquia:**

Gül Çorbacioğlu, Nil Mit, Rana Çavuşoğlu.

**Consultores de mídia:** Gustavo Taniguti, José Reguera.

**Consultora Editoria:** Ana Villarreal.

## > Nesta Edição

Editorial: O futuro da sociologia, a sociologia do futuro **2**

A tripla crise da sociologia norte-americana

**Por Ivan Szelenyi, Hungria** **4**

O que devemos entender por "Sociologia Global"?

**Por Gurminder Bhambra, Reino Unido** **8**

O futuro que queremos

**Por Markus Schulz, Estado Unidos** **11**

### > APÓS CHARLIE HEBDO

Sociólogos franceses debatem os assassinatos no *Charlie Hebdo*

**Por Stéphane Beaud, França** **13**

Política extremista antes e depois de Charlie Hebdo

**Por Mabel Berezin, Estados Unidos** **16**

Notas de Campo: A safra de medo na Europa

**Por Elisabeth Becker, Alemanha** **19**

### > A SOCIOLOGIA NO PAQUISTÃO

Procurando por sociologia no Paquistão

**Por Laila Bushra, Paquistão** **22**

Perspectivas para a sociologia no Paquistão

**Por Hassan Javid, Paquistão** **24**

### > CELEBRANDO ULRICH BECK

Ulrich Beck, um sociólogo europeu com objetivos cosmopolitas

**Por Klaus Dörre, Alemanha** **26**

Ulrich Beck na América Latina

**Por Ana María Vara, Argentina** **28**

A influência de Ulrich Beck no Leste Asiático

**Por Sang-Jin Han, Coreia do Sul** **30**

Influências divergentes de Ulrich Beck na América do Norte

**Por Fuyuki Kurasawa, Canadá** **32**

### > A SOCIOLOGIA NA IRLANDA

A jornada da Irlanda para o desastre econômico

**Por Seán Ó Riain, Irlanda** **34**

Em defesa do espaço público

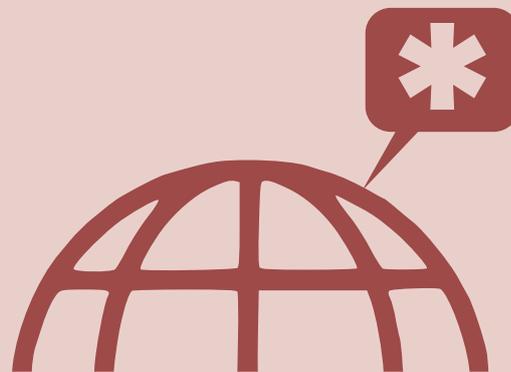
**Por Mary P. Corcoran, Irlanda** **36**

O Movimento das mulheres irlandesas

**Por Pauline Cullen, Irlanda** **38**

Conexões celtas: as famílias globais da Irlanda

**Por Rebecca Chiyoko King-O'Riain, Irlanda** **40**



# > A tripla crise da sociologia norte-americana

Por **Ivan Szelenyi**, *New York University*, Estados Unidos



**E**m *The Coming Crisis of Western Sociology*, há 45 anos, Alvin Gouldner previu o declínio do estrutural-funcionalismo parsoniano e a ascensão de uma sociologia mais reflexiva – um aviso que, agora, parece estranhamente fora de lugar, já que, por volta de 1970, a teoria social parsoniana estava morta e a sociologia entrando em sua época mais emocionante. Junto com Gouldner, sociólogos como Seymour Martin Lipset, C. Wright Mills, S. M. Miller, Lee Rainwater, Pierre Bourdieu, David Lockwood, Ralph Miliband, Claus Offe e Ralf Dahrendorf – ao lado de outros da então socialista Europa Oriental, incluindo Zygmunt Bauman, Leszek Kolakowski e o grupo Praxis da Iugoslávia – estavam oferecendo uma refrescante e renovada sociologia crítica. Ironicamente, a crise que Gouldner previu parecia ter sido resolvida: a disciplina foi encontrando seu caminho para fora do beco sem saída do estrutural-funcionalismo, fazendo florescer, em vez disso, uma Meca para os mais radicais – e muito inteligentes – alunos. Depois de uma lista enfadonha de conceitos

| Ivan Szelenyi.

**Ivan Szelenyi** é um distinto e brilhante cientista social, capaz de trazer a sociologia para enfrentar questões importantes de nosso tempo. Ele começou sua carreira na Hungria, em 1960, trabalhando no Serviço Húngaro de Estatística e, em seguida, na Academia de Ciências, até que foi forçado ao exílio como resultado de suas obras críticas, principalmente pelo livro que escreveu com George Konrad, *Intellectuals on the Road to Class Power* (1979) – um dos tratados mais importantes e originais sobre o socialismo de estado na Europa Oriental. Mudou-se para a Austrália, onde fundou o Departamento de Sociologia da Universidade de Flinders, e, de lá, seguiu para os EUA, país onde ocupou distintas cátedras na Universidade de Wisconsin-Madison, no Centro de Pós-Graduação da Universidade da Cidade de Nova York, na Universidade da Califórnia, Los Angeles, e, em seguida, na Yale University. Mais recentemente, tornou-se o fundador decano do campus de Ciências Sociais da New York University, em Abu Dhabi. Sua pesquisa sobre os efeitos redistributivos dos mercados sob o socialismo de Estado e seu estudo sobre a trajetória de empresários socialistas permanecem, até hoje, pioneiros. Ele é um dos poucos cientistas sociais a ter enfrentado o problema da transição do socialismo de estado para o capitalismo, combinando análise histórica e comparativa, em parceria com seus alunos Gil Eyal e Eleanor Townsley, na obra *Making Capitalism without Capitalists* (1998). Publicou pesquisas tanto sobre elites mais ricas quanto sobre populações mais excluídas na Hungria pós-comunista. É bastante amado e reverenciado por seus muitos alunos espalhados por todo o mundo, e é famoso pelas palestras sobre a história da teoria social. Há poucas pessoas hoje em melhor posição para avaliar o destino da sociologia norte-americana – do ponto de vista de dentro e de fora.





Ilustração por Arbu.

impenetráveis e empiricamente intestáveis, os cursos de sociologia introdutória tornaram-se um terreno estimulante de mobilização política e contestação intelectual.

Todavia, hoje, a antiga previsão de Gouldner parece permanecer: as ciências sociais passaram por mudanças fundamentais. A economia neoclássica, a teoria da escolha racional e o desenho experimental de pesquisa aparecem como vitoriosos; os sociólogos ainda estão à procura de uma resposta. Os estudantes, agora mais conservadores e preocupados com carreiras e fundos de pensões, perderam o interesse em teorias radicais. Os departamentos de sociologia lutam para atrair alunos suficientes para justificar o tamanho do corpo docente, muitas vezes oferecendo cursos “atraentes” (e, muitas vezes, não muito exigentes), apenas para aumentar as matrículas<sup>1</sup>.

Nossa disciplina parece enfrentar uma crise tripla. Primeiro, a sociologia perdeu seu apelo político (e sua missão radical). Em segundo lugar, ainda não encontrou uma resposta adequada ao desafio metodológico da economia ou da teoria da escolha racional na ciência política. E, em terceiro lugar, a sociologia parece totalmente confusa em relação a ter ou não um núcleo teórico comum (as “grandes obras” com os quais cada sociólogo deve estar familiarizado) e se tal núcleo é até mesmo desejável.

### > A crise política

Há quarenta anos atrás, a sociologia foi a disciplina que mais atraiu jovens professores e estudantes com inclinações radicais. Era a “coisa a fazer” quando alguém estava interessado em reforma radical ou até mesmo em revolução. Nos anos 1960 ou início de 1970, o corpo docente de sociologia (especialmente, os mais idosos) tendia ao conservadorismo, mas seus alunos eram radicais de esquerda.

Hoje, a situação é a oposta: nós ainda temos um corpo docente radical, mas nossos alunos tendem a ser “jovens Republicanos”. E se você é um Republicano, por que diabos você faria seu curso básico em sociologia, em vez de economia ou ciência política? De repente, nosso problema

não é que não podemos encontrar lugares suficientes, mas que não podemos preencher nossas salas de aula com estudantes.

Isso é o que eu chamo de nossa “crise política”, que toca os dois lados: não podemos atrair estudantes em número suficiente, e que a sociologia está cada vez menos disposta a oferecer cenários para reformas sociais mais radicais.

### > A crise metodológica

Mas a crise da sociologia também reflete uma “revolução metodológica”. Tal qual Auguste Comte, que insistiu que a “ciência da sociedade” deve envolver o mesmo rigor metodológico de “cientistas” que estudam a natureza, os cientistas sociais têm procurado, por muito tempo, justificar o estatuto “científico” de suas disciplinas, por intermédio do estabelecimento de “relações causais” entre “variáveis”.

Aqueles que estudam fenômenos sociais (e econômicos) podem fazer reivindicações críveis sobre a causalidade? Max Weber, suspeitando que não, optou pelas “ciências sociais interpretativas”. Embora a sociologia tenha tido um sucesso surpreendente com surveys baseados em amostras aleatórias – predizendo os resultados de eleições com amostras de algumas centenas para populações de centenas de milhões –, este sucesso não nos levou uma polegada mais próximos de testar hipóteses sobre causalidade.

Para testar hipóteses sobre causalidade, é preciso ser capaz de distribuir uma parte da população como “grupo experimental”, que será exposto a certos estímulos (“tratamento”), deixando o resto em um “grupo de controle”, isolado de tais estímulos.

Em contraste com experimentos, o survey, invariavelmente, sofre com o “problema da seleção”, incapaz de dizer, com todo o rigor científico, se o resultado na população A é diferente de B devido ao fato de que a população A já era antes diferente ou, então, porque ela recebeu um “tratamento” diverso. Um exemplo simples: nós sabemos que as pessoas que são casadas vivem mais. Mas como podemos dizer se elas vivem mais tempo porque se casaram ou se as pessoas saudáveis são mais propensas a se casar (e, portanto, teriam vivido mais tempo de qualquer maneira)? Se eu pudesse distribuir alguns jovens de quatorze anos em um grupo experimental que pretende se casar e outros jovens em um grupo de controle que nunca pretende se casar, revisitando as condições de saúde em todos os anos posteriores, eu poderia oferecer uma resposta científica mais rigorosa para a questão da causalidade – mas tal distribuição aleatória é, naturalmente, impossível.

Os pesquisadores sociais têm tentado desenterrar a si próprios deste buraco. Alguns têm identificado “mecanismos causais”, escrevendo uma “narrativa” que sugere que x pode causar y (por exemplo, que as pessoas casadas bebem menos e comem mais regularmente, e que, portanto, vivem mais

tempo). Este é um esforço nobre – eu tentei isso inúmeras vezes em minhas próprias pesquisas –, mas não é muito convincente para “cientistas normais”. Pesquisadores envolvidos em *survey* têm tentado outras tecnologias, mas nem os estudos de painéis nem as entrevistas de história de vida resolvem o problema fundamental; estudos de painéis, invariavelmente, perdem população ao longo do tempo, e estudos com histórias de vida, muitas vezes, sofrem com a memória seletiva dos sujeitos.

Alguns economistas e cientistas políticos têm se voltado para experiências de laboratório. Experimentos de laboratório com ambientes completamente controlados oferecem uma ótima solução em termos de distribuição aleatória, mas a um custo incrível: a validade externa, isto é, se os resultados são válidos fora da situação experimental. Experimentos de laboratório sempre ficam aquém na seleção aleatória: não podemos generalizar os resultados de experiências de laboratório, onde os sujeitos normalmente são estudantes universitários de classe média. (Outra “solução” poderia ser encontrada no chamado “experimento de campo”, onde a seleção aleatória pode ser aplicada, mas estes raramente envolvem a distribuição aleatória.)

No entanto, a economia e a ciência política oferecem uma solução logicamente coerente (embora, como descrevo abaixo, empiricamente problemático) para o problema da causalidade. A sociologia, contudo, está na defensiva. Por isso, encontra-se em uma crise metodológica.

### > A crise teórica

A sociologia não está teoricamente muito melhor; tem estado, sem dúvida, em um declive descendente desde os anos 1980. Eu, certamente, não sou nostálgico da ortodoxia teórica unificada do tipo de Merton-Parsons; o estrutural-funcionalismo foi substituído pelo que eu entendo ser um diálogo teórico saudável, dominado principalmente pelo debate Marx-Weber, mas deixando espaço para alternativas, incluindo o interacionismo simbólico e a etnometodologia.

Tenho que confessar que, mesmo nos dias de ouro da década de 1960 ou 1970, as faculdades de sociologia, muitas vezes, disputavam quais autores deveriam ser incluídos nos cursos obrigatórios de teoria sociológica. Hoje, há muito menos acordo – especialmente porque, em uma tentativa desesperada de manter seu eleitorado, a sociologia tenta apelar para programas interdisciplinares, tais como estudos de mulheres, estudos afro-americanos, estudos asiático-americanos, estudos *chicanos*, estudos culturais, etc. Todos estes são campos legítimos de instrução e pesquisa acadêmica, mas incluí-los na sociologia borra as fronteiras disciplinares.

A comparação com a economia e a ciência política é instrutiva. Os economistas parecem concordar, em geral, sobre as bases teóricas de sua disciplina. Quase todos os economistas que conheço têm um entendimento comum a respeito do por que os estudantes fazem, por exemplo, Princípios de Microeconomia e Princípios de Macroeconomia antes de passar para disciplinas mais avançadas. Há pouca discordância

quanto ao que deve ser ensinado nestes cursos; os currículos são tão padronizados que qualquer economista com doutorado pode ensinar qualquer um desses cursos – embora seja importante notar o descaso surpreendente com os teóricos “clássicos”, o que significa que os alunos raramente enfrentam controvérsias de longa data. Controvérsias teóricas clássicas ainda podem voltar para assombrar a disciplina – como Keynes e Marx fizeram durante a crise fiscal global de 2008-9.

Em contrapartida, no entanto, a maioria dos departamentos de sociologia também pode não concordar sobre o que um curso introdutório deva ser (oferecendo, com efeito, uma gama de disciplinas eletivas com diferentes teorias e epistemologias), ou oferecer um curso introdutório que parece um pouco uma salada de frutas, misturando temas atraentes com uma lista telefônica chata de “conceitos básicos”. A economia está fazendo isso de forma correta ou a sociologia está resolvendo o problema da “introdução” à disciplina de forma mais razoável? Voltarei à esta questão na última seção deste artigo, mas parece claro que, embora os cursos introdutórios em economia estabeleçam um consenso disciplinar, a sociologia me parece à beira do caos.

Ainda mais preocupante: da forma como nos encontramos em desacordo sobre os “clássicos” do nosso campo, nós nos tornamos menos certos sobre as questões que nossa disciplina deveria colocar. Certa feita, os sociólogos estavam em pleno acordo sobre quais problemas eles “possuíam”: as desigualdades (no poder, na renda e nas oportunidades de vida, por classe, raça e sexo), o nível educacional e ocupacional, a mobilidade social. Agora, no entanto, nós não só temos dificuldade em identificar nossas questões de pesquisa, mas – para nosso embaraço – os economistas e os cientistas políticos se apropriaram do que costumava ser nosso terreno. Não é doloroso que os mais importantes livros recentes sobre a desigualdade social tenham sido escritos por economistas, como Thomas Piketty e Joseph Stiglitz? Nós fomos deixados para trás?

### > Uma saída para a crise?

Permitam-me concluir esta mensagem, um tanto quanto pessimista, revisitando as virtudes e os pontos fortes da abordagem sociológica à realidade social e alertando os colegas para terem cuidado com a reprodução de novas tendências na economia e na ciência política.

A força da abordagem sociológica foi a reflexividade. Uma longa tradição na sociologia – de Karl Marx (“As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes”) e Karl Mannheim (“[...] opiniões, afirmações, proposições e sistemas de idéias não são considerados na forma em que se apresentam, mas interpretados à luz da situação de vida de quem as exprime”) até Alvin Gouldner (*The Future of Intellectuals and the Rise of the New Class*) – interroga quem é o enunciador e qual é o papel (político) do sociólogo. Contanto que os sociólogos olhem para a “voz dos sem voz”, eles encontrarão seu “círculo eleitoral”.

É verdade, os alunos tornaram-se mais conservadores; mas,



depois de 2008-9, tem havido um avanço do descontentamento em relação às desigualdades do capitalismo global. Na medida em que a sociologia retornar às preocupações da maioria – de classe, desigualdade racial e de gênero, poder, pobreza, opressão, exploração, preconceito –, os bons e velhos tempos, quando os estudantes sentavam nos degraus das salas de aula em vez de deixar as cadeiras vazias, irão retornando. A chamada de Michael Burawoy para uma “sociologia pública” é uma chamada atenta nesse sentido – e, nomeadamente, o departamento de sociologia de Berkeley está indo muito bem, com salas cheias e estudantes de pós-graduação de alta qualidade. Se a sociologia mantiver sua missão política, ela poderá recapturar da economia a investigação de grandes questões sociais, bem como a visão crítica que era tão característica do pensamento clássico de Marx ou Weber.

Muitos de nossos colegas tentam resolver a crise metodológica de nossa disciplina transformando a sociologia em uma “ciência normal”, muito parecida com a economia ou a teoria da escolha racional na ciência política, modelando comportamentos (confiando em experimentos de laboratório), em vez de tentar descrever a realidade com tanta precisão quanto possível. Mas, como indiquei, embora experimentos de laboratório nos permitam testar hipóteses causais, seu problema fatal com a validade externa é capaz de explicar porque tantas “previsões científicas” da economia neoclássica, de fato, provaram-se falsas.

Em um seminário da *New York University*, em Abu Dhabi, meu caro colega Gilles Saint-Paul, da *Paris School of Economics* perguntou: a economia é uma ciência? Sua resposta foi persuasiva: como poderia sê-la quando ela se utiliza de dados de má qualidade e modelos que não podem ser falsados? Gilles sugeriu, em vez disso, que a economia seja uma “atividade cultural”, que enquadra os termos do debate em vez de oferecer previsões falseáveis.

Confesso que acho a pergunta “por que” mais gratificante do que “como”, e tenho dificuldade em aceitar qualquer coisa que não seja falseável como uma boa pesquisa social. Mas, como Weber, que denominou a objetividade como “objetividade”, tendo a descrever as ciências sociais como “ciências”. Nenhuma das ciências sociais são “ciências” se por ciência entendermos um corpo de propostas em que as relações causais podem ser testadas. A ação social é “voluntarista”, no sentido hobbesiano ou parsoniano do termo, e supõe um “agente” que faz escolhas (embora dentro de circunstâncias dadas). Como Marx observou tão astutamente, “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. As pessoas fazem escolhas, e essas escolhas estão apenas em uma relação estocástica, e não determinística, com a sua existência. Weber estava certo: podemos interpretar o que as pessoas fazem, mas nunca podemos dizer quais de suas

ações são “racionalis”, tampouco prever o que racionalmente podem ou irão fazer.

A respeito disso, a sociologia interpretativa está à frente da teoria da escolha racional (ou da ciência política), e os sociólogos cometem um equívoco na tentativa de imitar seus colegas mais “científicos” da economia ou da ciência política.

A sociologia tem uma vantagem adicional sobre as outras “ciências sociais”: os sociólogos tendem a usar uma reflexividade crítica sobre os dados. Isso é muitas vezes ainda mais verdadeiro em pesquisadores qualitativos do que em especialistas em métodos quantitativos. Os etnógrafos educados por Howard Becker sabiam disso melhor do que ninguém: é preciso, antes de tudo, “mergulhar” em determinadas condições sociais para que se possa fazer as perguntas certas. Os etnógrafos prevenidos – e, é claro, alguns pesquisadores de *survey* – demonstram o quanto de cuidado é necessário para captar a realidade social.

A sociologia estará em melhor situação se aceitar sua identidade como uma “ciência”, em vez de Ciência propriamente dita. Sim, devemos perguntar “por que”, mas também devemos permanecer céticos em relação à quão boa nossa resposta a esta pergunta poderá ser. A este respeito, a economia e a ciência política estariam em melhor situação se pudessem aprender alguma modéstia da sociologia.

Então, qual é o ponto de partida? A sociologia está passando, de fato, por uma crise tripla. E ela responde de forma errada ao desafio “científico” vindo da economia neoclássica e da teoria da escolha racional na ciência política. Ou ela as copia ou se move em campos interdisciplinares “atraentes” e “da moda”, apenas para recuperar um eleitorado perdido.

Ao invés disso, sugiro retornar à tradição clássica de Marx e Weber, isto é, retornar a um tempo quando a sociologia era confrontada com grandes questões. A economia neoclássica e a teoria da escolha racional na ciência política podem fingir serem ciências, mas seria besteira tanto a sociologia tentar tornar-se outra “ciência normal” quanto abandonar o rigor para se tornar uma narrativa politicamente correta. Em vez disso, por que não voltar à tradição clássica, quando a sociologia pautava grandes questões e, em seu modo reflexivo e interpretativo, armava um desafio sério à economia (e às ciências políticas, recém nascidas)? Por que não uma sociologia crítica neoclássica, com tendência de esquerda?

Contato com Ivan Szelenyi <[ivan.szelenyi@nyu.edu](mailto:ivan.szelenyi@nyu.edu)>

<sup>1</sup> Todos os comentadores concordam que houve um salto no número de matrículas em sociologia entre os anos de 1965 e 1975 e um declínio acentuado durante a década de 1980. (Ver: David Fabianic, “Declining Enrollments of Sociology Majors,” *The American Sociologist*, Spring 1991; Bronwen Lichtenstein, “Is US Sociology in Decline?” *Diálogo Global* 3.2, e [http://www.asanet.org/research/stats/degrees/degrees\\_level.cfm](http://www.asanet.org/research/stats/degrees/degrees_level.cfm)). Enquanto o número de diplomas concedidos aos níveis BA/BSc aumentaram de forma constante desde o princípio dos anos 1980, as matrículas em sociologia e diplomas BA ainda estão atrás de seu pico, em meados da década de 1970.

# > Sociologia Global em questão

Por **Gurminder K. Bhambra**, Universidade de Warwick, Reino Unido, membro do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Análise Conceitual e Terminológica (RC35)



**Gurminder K. Bhambra** é uma figura de liderança no desenvolvimento da sociologia pós-colonial. Ela aborda o espírito provinciano da sociologia, mostrando como a experiência e as contribuições do colonizado foram apagadas da história. Seu livro mais recente, *Connected Sociologies* (2014), elabora os argumentos aqui apresentados – críticas das abordagens eurocêntricas à globalização que escondem a centralidade dos “outros” não-europeus, forjando o mundo que conhecemos hoje. Tem escrito sobre a marginalização da sociologia afro-americana do núcleo da disciplina nos Estados Unidos e, também, sobre como as noções contemporâneas de cidadania ignoram seu lado histórico de baixo, ou seja, sua íntima ligação com o colonialismo e a escravidão. Ela é editora de uma nova e emocionante série de livros, *Theory for a Global Age*.

**A** “sociologia global” foi sugerida para ser uma forma de reparar a negligência anterior daqueles representados como “outros” nas construções dominantes “eurocêntricas” de modernidade dentro da sociologia – e como caminho para uma sociologia rejuvenescida em meio a uma recente era global. Este caminho envolve três componentes principais: (1) uma mudança para um paradigma de múltiplas modernidades; (2) um chamado para uma sociologia multicultural global; e (3) um argumento em favor de uma abordagem cosmopolita global. Embora essas abordagens ostensivamente tomem “o resto do mundo” em consideração, eu sugiro que elas o fazem sob condições inadequadas.

Em contraste, defendo a abordagem das “sociologias conectadas”, construídas sobre as críticas pós-coloniais e descoloniais do eurocentrismo, como sendo a melhor maneira de compreender um presente global compartilhado. A preocupação central das “sociologias conectadas” é repensar a sociologia, colocando as histórias de espoliação, colonialismo, escravidão e apropriação no coração da sociologia histórica e da disciplina, de forma mais geral. Somente reconhecendo a importância do “global colonial” na constituição da sociologia, em meu argumento, nós podemos compreender e abordar o presente pós-colonial e descolonial, que seria o terreno de uma adequada “sociologia global” crítica.

A sociologia e a modernidade são tipicamente representadas como co-constitutivas ao surgimento do mundo moderno – e de suas revoluções econômicas e políticas associadas –, exigindo uma nova e “moderna” forma de explicação. Paralelamente a este entendimento, que atribui a modernidade a Europa, temos a idéia de que o resto do mundo encontrava-se externo a esses processos histórico-mundiais. Conexões e processos coloniais são entendidos



como sendo insignificantes à modernidade em seus locais supostamente originários, da mesma forma que a supressão da modernidade ou sua deformação em outros lugares. Assim como os relatos históricos sobre essas revoluções – e da modernidade em si mesma – não permaneceram constante ao longo do tempo, a moldura historiográfica – de origens endógenas autônomas e sua posterior difusão mundial – dentro dos quais esses eventos estão localizados, também continua. Isto é fato, mesmo onde a prerrogativa é para uma nova “sociologia global”.

### > Múltiplas modernidades

As múltiplas modernidades, por exemplo, substituíram a teoria da modernização como um paradigma de pesquisa distinto dentro da sociologia histórica no final dos anos 1990. A teoria da modernização já havia sido objeto de sérias críticas vindas das abordagens marxistas, bem como dos teóricos da dependência e do subdesenvolvimento. Ao defender múltiplas modernidades, os estudiosos procuraram evitar duas falácias: em primeiro lugar, a ideia de que há apenas uma modernidade – a do Ocidente, para a qual todos os outros processos iriam convergir; e, segundo, a ideia de que o olhar do Ocidente para o Oriente constitui, necessariamente, uma forma de eurocentrismo. Esses estudiosos argumentam que, embora seja eurocêntrico defender a ideia de que há apenas uma modernidade, especialmente uma que já tenha sido alcançada na Europa, as teorias das múltiplas modernidades, no entanto, levam a Europa como ponto de referência em seus exames de modernidades alternativas. Desta forma, efetivamente defendem a abordagem dominante, sugerindo que o “fato” sobre as origens européias da modernidade não pode ser negado. Em contraste, eu sugiro que é precisamente esse “fato” que deve ser negado, já que as interconexões globais estão devidamente reconhecidas e compreendidas.

### > Ciências Sociais nativas

Argumentos mais recentes para uma “sociologia multicultural global” extraem temas de engajamentos anteriores com a “indigenização” das ciências sociais, chamando para o desenvolvimento de tradições autônomas ou alternativas das ciências sociais. Esses argumentos de longa data que apontam para uma “sociologia global” nem sempre influenciaram debates sociológicos dominantes no Ocidente, mas provocaram, no entanto, muita discussão, inclusive aqui na Global Dialogue e em seus precursores. Um ponto-chave dentro desse debate tem sido o chamado para o desenvolvimento, ou recuperação, de tradições sociológicas autônomas que seriam formadas por experiências e práticas locais e regionais. No entanto, tal como acontece com as múltiplas modernidades, há pouca discussão sobre o que essas tradições autônomas podem oferecer para uma sociologia global. Se as limitações das abordagens existentes são vistas como resultado de uma falha no envolvimento com estudiosos e pensadores de fora do Ocidente, então o problema central é apresentado como o

da marginalização e exclusão. A solução para isso vem a ser o chamado para uma igualdade putativa, através do reconhecimento da diferença e de um esforço para corrigir a “ausência de pensadores não-europeus” dentro da disciplina. Embora essa seja, sem dúvida, uma questão importante e possa de fato permitir a criação de uma sociologia (mais) multicultural no futuro, pouco faz para resolver a problemática construção disciplinar da sociologia no passado ou as ramificações perenes dessa construção no presente.

### > Sociologia Cosmopolita

Agora, gostaria de voltar rapidamente para a terceira abordagem acima identificada, qual seja, o clamor por um novo universalismo centrado em uma sociologia global cosmopolita. O cosmopolitismo, nesse contexto, é apresentado como imperativo normativo, no qual uma visão de um futuro cosmopolita poderia moldar a política do presente. Esta, por sua vez, é completada por esforços de reconstruir a sociologia através de um paradigma cosmopolita baseado na potencial inclusão global. A questão da inclusão permanece, porém, “potencial”, na medida em que a maioria dos teóricos do cosmopolitismo continua a ser dependente do “eles” sendo incluídos em “nossos” termos. O universalismo é considerado necessário para evitar o relativismo dos saberes locais, incluindo o da sociologia ocidental, mas não há nenhuma discussão de como o cosmopolitismo poderia ser usado enquanto perspectiva que considera as conexões cosmopolitas ausentes nas histórias disciplinares padrões. Reconhecer tais histórias nos permitiria repensar conceitos e categorias da sociologia a partir de uma reflexão sobre o outro, em vez de ver o outro como problema a ser ajustado.

Todas as abordagens discutidas acima conceituam o global através de uma abordagem aditiva, que celebra uma pluralidade contemporânea de culturas e vozes sem abordar, contudo, as raízes históricas (e os percursos) da atual configuração mundial. As três olham o global como algo constituído por meio de conexões contemporâneas entre tudo aquilo que é apresentado de antemão, enquanto historicamente separado do contexto civilizacional – em vez de reconhecer que as histórias do colonialismo e da escravidão são fundamentais para o desenvolvimento do “global”. Abordando o “global” apenas como fenômeno recente, a reconstrução sociológica dessas abordagens urge ser aplicada a futuros empreendimentos, implicando na adequação das interpretações e entendimentos conceituais passados. Isso, sugiro, mantém as hierarquias existentes da disciplina. Simplesmente clamar para que vozes da periferia entrem em debate com o centro, de fato, implica que a sociologia possa ser diferente no futuro, mas falha em reconhecer que, para que isso ocorra, a sociologia também precisaria se relacionar de forma diferente com seu próprio passado (e com aqueles passados que considera importantes para a compreensão da disciplina).

### > Sociologias conectadas



A perspectiva das “sociologias conectadas”, com a qual gostaria de concluir, parte do reconhecimento de que os eventos são constituídos por processos que são sempre mais amplos que as seleções feitas. Ela reconhece a pluralidade das possíveis interpretações e seleções, não como uma “descrição” de eventos e processos, mas como oportunidade de reconsiderar o que anteriormente pensávamos que já sabíamos. As diferentes sociologias que necessitam de conexão estão localizadas elas próprias no tempo e no espaço, incluindo no tempo e no espaço do colonialismo, do império e do pós-colonialismo. Essas novas sociologias irão parecer, amiúde, discordantes e desafiadoras, e elas podem ser resistentes a esse título (a resistência facilitada pela estratificação geo-espacial da academia). A consequência de diferentes perspectivas, no entanto, deve ser a de tornar acessível o exame de eventos e processos de tal modo que eles sejam entendidos diferentemente em função desse engajamento. Dito de outra forma, interagir com diferentes vozes deve nos mover para além do simples pluralismo e fazer a diferença em relação àquilo que foi inicialmente pensado; não para que todos nós cheguemos ao mesmo tipo de pensamento, mas para que pensemos de forma diferente de como pensávamos antes nosso próprio engajamento.

A ideia da comunidade política como ordem política nacional, por exemplo, foi fundamental para a auto-compreensão europeia e, também, para a sociologia histórica na Europa. No entanto, muitos estados europeus foram tanto mais estados imperiais quanto estados-nação – muitas vezes, antes ou durante o processo de tornarem-se estados-nação –, e, por isso, a comunidade política do estado sempre foi muito mais ampla e estratificada do que geralmente é conhecido. Mesmo que a comunidade política do Império Britânico, para citar um exemplo, tenha sido historicamente uma comunidade multicultural, esse entendimento raramente entra no discurso político contemporâneo – onde as fronteiras da comunidade política são imaginadas como congruentes com as fronteiras territoriais do estado, entendido em termos nacionais. Ao silenciar sobre o passado colonial, o presente pós-colonial da Europa (e do Ocidente) é elidido. As repercussões políticas de tais entendimentos seletivos podem ser vistos claramente nos debates sobre imigração que desfiguram a maioria das eleições nacionais na Europa.

As eleições marcam um período em que os termos dos contratos políticos que unem as pessoas são negociáveis. Embora esses contratos invariavelmente envolvam a negociação de condições atuais, eles ocorrem no contexto

de determinadas narrativas históricas de pertencimento: por definição, “migrantes” são excluídos da história dos Estados, entendidos aqui em termos nacionais. Excluídos da história da comunidade política, os “migrantes” também são excluídos dos direitos dentro do sistema político e estão sendo cada vez mais solicitados a ficar de fora desse mesmo sistema. Entretanto, se entendermos as histórias dos estados-nação como algo mais amplo do que os relatos das atividades de habitantes supostamente “nativos”, então a redução arbitrária da história para as fronteiras nacionais contemporâneas nitidamente identifica de modo equivocado as pessoas associadas com histórias mais amplas, como os migrantes, em vez de vê-los mais propriamente enquanto cidadãos. A migração é parte integrante da narrativa da identidade nacional e europeia; entender a migração como central e como constitutiva das histórias dos estados é entender que os migrantes também são historicamente cidadãos, e não apenas cidadãos potenciais em regime de espera.

Com efeito, uma abordagem das “sociologias conectadas” requer que partamos da perspectiva do mundo, localizando-se dentro dos processos que facilitaram a emergência desse mundo. Iniciando a partir de uma localização no mundo, nós necessariamente começamos a partir de uma história que liga essa localização ao mundo, identificando e explicitando as conexões que permitem entendimentos que são sempre mais expansivos do que as identidades ou os eventos que se está procurando explicar. As abordagens mais comuns da sociologia global discutidos acima contornam a questão da história do global, considerando como significativas apenas as conexões que se acredita terem trazido a modernidade europeia a outras sociedades. Por outro lado, uma abordagem das “sociologias conectadas” exige que localizemos a Europa dentro de processos mais amplos, de modo a tratar a forma como a Europa criou e, em seguida, se beneficiou dos legados do colonialismo e da escravidão, e examinar o que a Europa precisa aprender com aqueles que foram usurpados por ela, a fim de analisar os problemas que enfrentamos atualmente.

A abordagem das “sociologias conectadas” aponta para o trabalho necessário para fazer jus à promessa de uma imaginação sociológica revigorada a serviço da justiça social em um mundo global. ■

Contato com Gurminder K. Bhambra  
<[G.K.Bhambra@warwick.ac.uk](mailto:G.K.Bhambra@warwick.ac.uk)>

# > Os futuros que nós queremos

Por **Markus S. Schulz**, Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, EUA, e Vice-Presidente de Pesquisa da ISA, 2014-18.



*Esperando o amanhecer de um novo dia, peregrinos, montanhistas e turistas de todo o mundo passaram a noite lutando nas ladeiras íngremes até o cume do Monte Fuji do Japão para ver o nascer do sol no horizonte. Esta foto - tirada por Markus Schulz após o Congresso Mundial de Sociologia de 2014 em Yokohama, com o tema "Enfrentando um mundo desigual" -, captura o próximo Fórum da ISA que continua a conversa, mas enfatizando como este mundo desigual pode ser transcendido, como os diferentes atores sociais, animados por expectativas, lutam de diversas formas em uma infinidade de definições, e como sociologia global pode contribuir para esse projeto.*

Como Vice-Presidente para Pesquisas, **Markus Schulz** definiu "The Futures We Want: Global Sociology and the Struggles for a Better World" como o tema do Terceiro Fórum da ISA, a ser realizado em Viena, entre os dias 10 e 14 de julho de 2016. Aqui, ele conta a inspiração por trás do tema. Para mais detalhes sobre o Fórum, ver: <http://www.isa-sociology.org/forum-2016/>

O planeta globalizado está marcado por inabaláveis injustiças, conflitos desenfreados e destruição ambiental. No entanto, as esperanças por um mundo melhor persistem. Os sonhos são nutridos por lutas corajosas desde as selvas de Chiapas até os municípios de Johannesburgo, das ruas das capitais árabes aos bairros de Chicago, das vias dos migrantes aos espaços virtuais de novas mídias. As energias utópicas não foram esgotadas e podem, ainda, inspirar inovações científicas. Riscos e oportunidades sem precedentes exigem novas maneiras de pensar.

A globalização desencadeou enormes ganhos de produtividade e produziu extraordinária riqueza. No entanto, ela também exacerbou a desigualdade, a marginalidade e a pobreza. Os mercados, os estados, as sociedades e as relações entre essas esferas estão sendo profundamente reestruturados,



enquanto a globalização conecta múltiplas escalas sociais de formas cada vez mais intensas. Nenhuma nação, cidade, bairro ou comunidade está imune. Os efeitos e experiências são muito desiguais e, muitas vezes, contraditórios. Nunca antes na história tantos migrantes estiveram em movimento; e as mudanças ambientais iminentes são susceptíveis a aumentarem essa tendência. Os novos espaços transnacionais aumentaram a diversidade cultural, ao mesmo tempo em que a mobilidade se torna um eixo cada vez mais saliente da desigualdade. As novas tecnologias de informação e comunicação ajudaram a acelerar a globalização. Todavia, elas unem tanto quanto dividem, facilitam tanto quanto impedem a livre troca. Novas formas de controle, vigilância e de guerra estão surgindo.

Os modelos determinísticos e as lógicas das respostas militares têm se revelado muito míopes, dispendiosos e, em última análise, contraproducentes para a paz e a segurança. Soluções sustentáveis exigem análises mais profundas e metodologicamente mais abertas aos problemas subjacentes. Os resultados das novas dinâmicas transnacionais não são frutos de certas forças inevitáveis, eles são socialmente moldados por ações humanas reflexivas que são, também, condicionadas institucionalmente, isto é, são resultados de decisões e escolhas, sejam elas intencionais ou não.

Em muitas das sociologias nacionais de hoje em dia, o futuro parece espetacularmente negligenciado. Por que isso acontece? Entre as razões que variam localmente, uma perspectiva parece estar particularmente difundida. Trata-se de um argumento contrário a lidar com o futuro, porque não podemos saber nada sobre ele; e tendo em vista que não podemos falar sobre o que não podemos saber, é melhor ficar quieto sobre o futuro.

Essa posição contraria o fato de que todos nós conduzimos nossas vidas diárias com base em inúmeras suposições sobre o futuro, em curto e longo prazo, pequenas e grandes. Se nós julgamos algo possível ou impossível, provável ou improvável, desejável ou indesejável, isso tem consequências. Antecipação, aspiração, expectativa, esperança, imaginação, planejamento, projeção e visão são aspectos inerentes da ação humana orientada para o futuro.

Uma vez que aceitemos a necessidade da sociologia voltar-se mais seriamente para o futuro, surgem várias perguntas difíceis. Como podemos conceituar o futuro? Quais são as formas mais fecundas e como vamos avaliar as modalidades concorrentes de engajamento? Encontrar respostas para tais perguntas é uma tarefa para a qual uma série de abordagens teóricas pode contribuir.

No passado, o futuro era frequentemente assumido como algo predestinado, predeterminado, ou pelo menos progredindo em determinado sentido e, portanto, com uma abordagem adequada, previsível. Durante o período fundacional da sociologia, as crenças religiosas em certo *telos* futuro apareceram para dar lugar à busca positivista de leis sociais, conhecimento que os sociólogos – em tradições que vão de Comte a Durkheim – pensavam ser útil para administrar a sociedade. Marx compartilhou pressupostos semelhantes quando pronunciou que as leis da história apontavam para

um triunfo necessário do proletariado oprimido sobre a burguesia, embora ele tenha reconhecido em seus escritos mais empírico-históricos que não existiam fórmulas automáticas, mas sim muito espaço para a ação contingente. Estudiosos do – ou envolvidos com o – Sul Global (por exemplo, Amin, Cardoso, Dussel, Guha, Quijano, Nederveen Pieterse, Saïd, Santos, Spivak) têm desafiado os modelos de modernização difundidas, segundo os quais o chamado Terceiro Mundo estaria atrás em seus respectivos desenvolvimentos e só conseguiriam superar o atraso presumido seguindo o caminho do Norte

A dissociação da experiência social da expectativa desencadeia inovação teórica junto com espectros de incerteza radical. O que poderia ter sido diferente. A realidade existente poderia ter sido moldada diferentemente através da ação humana indeterminada, de maneira mais ou menos reflexiva, bem como mais ou menos conflituosa ou cooperativa. Esta consciência de indeterminação é cada vez mais tematizada na teoria social contemporânea mediante a inclusão explícita da agência social e das múltiplas trajetórias históricas. Isso encontra, hoje, sua expressão na ênfase sobre a autopoiese, a criatividade, a imaginação e a visão.

A re-orientação da sociologia para o futuro pode se beneficiar, assim, de toda uma gama de abordagens empíricas, analíticas e normativas, explorando os mundos minúsculos da interação micro, bem como as macro e mais amplas tendências que afetam todo o nosso planeta. Por exemplo, os recentes avanços na teoria da ação superam as restrições positivistas e o instrumentalismo estreito. As teorias da ação coletiva e dos movimentos sociais podem ajudar a reconhecer visões alternativas formuladas a partir das bases e obter, com efeito, uma melhor compreensão acerca da contestação política. As abordagens do time-diagnostic podem ajudar a discernir tendências pertinentes. As teorias críticas podem ajudar a localizar com precisão as decisões de valor em jogo, desmascarar o trabalho com interesses escusos e identificar consequências distintas para diferentes setores da sociedade.

Problemas prementes da crescente desigualdade social, violações dos direitos humanos, alterações climáticas, degradação ambiental e falhas subjacentes na distribuição, no reconhecimento e na governança exigem bolsas de estudos orientadas para frente, que possam superar as estreitas perspectivas dos negócios e dos interesses corporativos, que possam atravessar as fronteiras em busca de alternativas sustentáveis. A atual crise econômica pareceu ter desacreditado as abordagens econômicas que eram dominantes desde os anos 1980, mas uma perspectiva mais ampla das ciências sociais tem, ainda, que preencher o vazio. Novas perspectivas conceituais e novos instrumentos metodológicos são necessários para a investigação sobre futuros possíveis, prováveis, evitáveis e preferíveis. Se a sociologia quer tornar-se mais relevante, ela precisa abraçar uma orientação mais voltada para o futuro e se envolver com os múltiplos futuros previstos por diferentes atores sociais. ■

Contato com Markus S. Schulz <[markus.s.schulz@gmail.com](mailto:markus.s.schulz@gmail.com)>

# > Sociólogos franceses debatem os assassinatos de Charlie Hebdo

Por **Stéphane Beaud**, École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, França



Metrô de Paris. Foto por Fabien Truong, 12 de Janeiro de 2015.

**A**s ciências sociais podem oferecer comentários imediatos sobre os acontecimentos de 7 e 9 de janeiro de 2015 (o atentado letal contra o jornal *Charlie Hebdo* em Paris e o assassinato antissemita em um supermercado kosher)? Ou é melhor manter nossa distância, deixando os *intelectuais da mídia* – aquele tipo francês tão hostil ao esforço sociológico – assumirem? Permanecer em silêncio parece particularmente difícil depois dos acontecimentos que despedaçaram a sociedade francesa e colocaram-na em movimento – como demonstrado pela grande (e ambígua) marcha de cidadãos em 11 de janeiro.

Logo depois das revoltas de 2005, na França, Gérard Mauger sugeriu uma primeira linha de pesquisa: examinar as perspectivas dos sociólogos sobre esses eventos. Após os atentados de 7 e 9 janeiro de 2015, os meios de comunicação populares publicaram artigos de sociólogos que trabalham em diferentes tradições teóricas, proporcionando uma oportunidade de explorar as posições públicas de diversos sociólogos – posições públicas que são inseparavelmente teóricas e políticas. Escritas logo depois dos ataques, essas colunas relançaram uma antiga controvérsia: que tipo de causalidade os sociólogos devem priorizar ao explicar eventos como esses? Que importância devemos dar ao comportamento individual ou ao contexto social? As explicações enraizadas em causas sociais –



necessariamente macrossociológicas e estruturais – são suficientes? Ou será que essas análises absolvem a responsabilidade moral de indivíduos? Por outro lado, será que focar na lógica estritamente individual seria abdicar do nosso papel sociológico?

A controvérsia tem gerado um grande debate. Um dos primeiros sociólogos a entrar na briga foi Hugues Lagrange – pesquisador do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) da Sciences Po –, que partiu de sua pesquisa sobre a delinquência juvenil nos subúrbios parisienses. Rejeitando as explicações “politicamente corretas” para a delinquência, ele vê a origem étnico-cultural como um fator independente, em vez de um produto de discriminação ou uma síntese das dinâmicas socioeconômicas ou residenciais. O perfil social dos irmãos Kouachi e Amedy Coulibaly (filhos de imigrantes pós-coloniais, com baixo desempenho na escola, criados nos bairros marginalizados por uma família instável, com registros de prisão etc.) correspondeu ao de “seus” informantes anteriores – aspecto apontado insistentemente por Lagrange no *Le Monde* (14 de janeiro de 2015). Seu título, “Tenha a coragem de ver as falhas morais de uma minoria dessocializada”, capturou as duas dimensões. De um lado, ele reconhece que um segmento da juventude francesa, criado em bairros marginalizados (os subúrbios parisienses ou cités) e posteriormente isolado da sociedade, é “dessocializado”, preso em uma subcultura intransigente e hostil. Esses jovens buscam reconstruir suas “autoestimas danificadas” através da entrada em novas práticas religiosas, incluindo o salafismo ou outras formas de islamismo radical. Porém, Lagrange escreve que, em vez de sondar tendências problemáticas (chauvinismo masculino, sexismo, homofobia, violência ou antisemitismo) que caracterizam esta fração “perdida” de jovens franceses, os intelectuais franceses, “inibidos pelo sentimento de culpa ligado ao colonialismo, não se atrevem a enfrentar as falhas morais e o mau comporta-

mento das minorias dos países colonizados.”

No dia seguinte, Didier Fassin – um antropólogo da EHESS (Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais de Paris) e Princeton – assumiu o desafio, sem rodeios, reafirmando a obrigação de todo sociólogo examinar objetivamente as “causas sociais”. A juventude em zonas urbanas sensíveis experimentam a segregação social e espacial, altas taxas de desemprego e precariedade, bem como a estigmatização e a discriminação racial (no trabalho, em casa ou com a polícia), segundo ele. Lembrando aos cientistas sociais que seu papel fundamental em um momento de eferescência histórica é evitar o que o historiador Marc Bloch chamou de “os hábitos de julgamento”, Fassin conclui que “a nossa sociedade produziu o que agora rejeita como uma monstruosidade infame”.

Laurent Mucchielli, pesquisador do CNRS e especialista em delinquência juvenil, da mesma forma, oferece uma perspectiva de longo prazo (*Mediapart*, janeiro de 2015). A França não aceitou seu passado como um país que maciçamente recrutou trabalhadores de suas ex-colônias do norte de África e da África subsaariana, entre 1960 e 1980, com duas grandes consequências: em primeiro lugar, a imigração não foi objeto de políticas de integração e, segundo, a sociedade francesa luta para se reconhecer como uma “sociedade totalmente multirracial e parcialmente multicultural”. A aceitação exigiria considerar o Islã “como parte dos ingredientes básicos a partir dos quais nós construímos a nós mesmos, o que suspenderia o medo, os questionamentos e a legislação contra ele” (como a lei de 2004 que proíbe véus nas escolas). Mucchielli apela por uma “posição resolutamente construtiva que constrói a cidadania comum, a coesão social e a identidade coletiva”. Na minha própria pesquisa, eu compartilho essa postura, explicando esses fatos em termos de empobrecimento econômico e social, estigmatização religiosa e dis-

criminação racial – uma explicação útil e até mesmo necessária, mas longe de ser satisfatória atualmente.

Há, penso eu, dois caminhos para o progresso. O primeiro, Cyril Lemieux (pesquisador da EHESS) ilustra com uma posição “teórica” em seu artigo “Inquietação na sociologia” (*Libération*, 30 de janeiro de 2015). Uma figura proeminente de uma corrente emergente que se autodenomina sociologia “pragmática”, Lemieux aborda os limites dos modelos explicativos adotados por “certos sociólogos” – provavelmente uma referência oculta aos “sociólogos críticos” vagamente inspirados por Bourdieu. Esses sociólogos esquecem, escreve ele, que sua tarefa deve incluir não só explorar as dinâmicas estruturais, mas também “levar a sério os desejos [desses jovens jihadistas] de se tornarem muçulmanos perfeitos”. Lemieux tem como alvo os sociólogos que descartam a marcha dos cidadãos – cerca de 3,5 milhões pessoas unidas sob o slogan “Eu sou Charlie” – como uma espécie de manipulação política ou simbólica. Os cidadãos tomaram as ruas naquele dia, Lemieux argumenta, porque eles “sentiram a necessidade de fazê-lo de uma forma que era imanente à sua educação moral e política” e conclui, reafirmando sua fé na competência autorreflexiva dos cidadãos – uma competência, ele argumenta, que os “sociólogos críticos” têm rejeitado.

Uma segunda abordagem mais empírica considera fatos que não “cabem” nos quadros analíticos macrossociológicos ou estruturais. As infâncias dos três assassinos foram marcadas pela pobreza e outras dificuldades; os irmãos Kouachi ficaram órfãos em seus primeiros anos de adolescência e foram colocados em instituições de apoio à infância em Corrèze. No entanto, eles não foram inteiramente privados de apoio institucional, nem são vítimas de discriminação flagrante. Por exemplo, Amedy Coulibaly foi beneficiado por um estágio na *Pepsi-Cola*, período no qual se encontrou com Nicolas Sarkozy, no Elysée Palace. Da mesma forma, Saïd Kouachi foi con-



tratado pela Câmara Municipal, em Paris, como um “embaixador da reciclagem”, embora tenha sido demitido em 2009, aparentemente devido a sua estrita observância de preceitos religiosos (recusava-se a apertar as mãos de mulheres e rezava cinco vezes por dia), distanciando-se de seus colegas de trabalho.

Esse ponto de vista assinala que nem todos os jihadistas franceses são descendentes de imigrantes pós-coloniais recrutados dos subúrbios pobres. Alguns profissionais jovens, incluindo aqueles socialmente integrados, deram início à jihad; alguns jovens convertidos foram criados em “quarteirões” longe das *cités*. Países como a Dinamarca, que não têm uma história colonial e têm tratado as “minorias” de forma muito diferente, estão tão ameaçados quanto a França. Como explicar isso? Ao “reduzir” nossas investigações a fatores macrossociológicos (subúrbios pobres, jovens imigrantes não qualificados, discriminação, racismo institucional), nós acidentalmente reforçamos os próprios estereótipos que definem esses jovens como algo “perigoso”?

A sociologia da religião pode ajudar a compreender as motivações por

trás das vinculações religiosas desses jovens, permitindo-nos recriar a dinâmica da conversão a um movimento sectário, e identificar características dos convertidos. Esse tipo de explicação teria que ser ligada a uma sociologia da doutrinação que recriasse as lógicas de movimentos extremistas, bem como todo o apoio que eles podem obter a partir de limites ambigualmente legais da prática islâmica. Devemos também considerar o contexto do ataque aos escritórios de *Charlie Hebdo*, tentando examinar seriamente a aversão desses jovens muçulmanos contra o humor antirreligioso de *Charlie Hebdo* – uma aversão difícil de entender, tanto para jovens quanto para adultos criados em uma cultura de 1968 consubstanciada por *Charlie Hebdo*, que se autointitula como uma “revista estúpida e cruel”. Por conseguinte, Julie Pagis (pesquisadora da CNRS) tem dificuldade em perceber o significado específico da zombaria do Islã de *Charlie Hebdo* (em contraste com outras religiões). Esse foi um ataque a uma religião dominada que representava a única afiliação positiva que esses jovens podiam reivindicar, e, além disso, o ataque trouxe à mente memórias das experiências humilhantes do passado colonial e de classe trabalhadora dos

seus pais.

Deste modo, podemos questionar as diferentes hipóteses dos sociólogos, assim como a maneira como a mídia constrói a autoridade simbólica da sociologia. Uma questão essencial, é claro, é quem fala e quem não fala? Após os ataques, descendentes de imigrantes magrebinos e africanos – empresários bem sucedidos, artistas (atores, músicos, comediantes e escritores) e atletas – começaram a falar. Os acadêmicos também, especialmente os sociólogos, levantaram a questão colocada por W.E.B. Du Bois, que coloca a questão em relação aos afroamericanos: “Como é a sensação de ser um problema”? Como sociólogos, também poderíamos evocar as dificuldades que encontramos na realização de pesquisas sérias sobre os mundos sociais dos quais vieram os irmãos Kouachi e A. Coulibaly. Faltam-nos relatos etnográficos ricos das *cités*, um mundo que tem sido tão profundamente transformado ao longo da última década. Precisamos patrocinar bolsas de pesquisa para estudar essas questões e apoiar bolsas de estudo para os sociólogos que vêm deste contexto. ■

Contato com Stéphane Beaud  
<[stephane.beaud@ens.fr](mailto:stephane.beaud@ens.fr)>

# > A política extremista antes e depois de *Charlie Hebdo*

Por **Mabel Berezin**, Universidade de Cornell, Ithaca, EUA, e membro do Comitê de Pesquisa da ISA em Teoria Sociológica (RC16)



Marine Le Pen,  
futura candidata à presidência

**E**m todo o mundo, os líderes políticos e o público em geral originalmente viram os assassinatos de *Charlie Hebdo* como ataques contra a liberdade de expressão, um princípio democrático central. No entanto, rapidamente se tornou evidente que esses assassinatos tiveram um significado político e social muito mais amplo: no dia seguinte, os assassinatos de quatro pessoas em uma doceria judaica impeliram os jornalistas internacionais a escreverem sobre o retorno da década de 1930.

*Charlie Hebdo* seria para a França e para a Europa um momento como Sarajevo – o que significaria que os ataques poderiam provocar uma crise política na França e para além dela. Uma crise implacável da dívida, severas políticas de austeridade, crises de refugiados sobrepostas, altas taxas de desemprego sobretudo entre os jovens, ataques antissemitas a sinagogas e a cemitérios judeus – todos esses fenômenos têm fortalecido os partidos nacionalistas direitistas

em toda a Europa.

A Frente Nacional da França e sua líder, Marine Le Pen, têm estado na vanguarda deste surto. Em 2011, Marine Le Pen herdou a liderança do partido de seu pai, um provocador cuja retórica anti-imigrante definiu o partido por décadas. O objetivo de Marine Le Pen era fazer da Frente Nacional um partido de governo, não de provocação, e ela se concentrou na austeridade fiscal, na crise do euro e no desemprego como suas bandeiras. Os eleitores não familiarizados com a história da Frente Nacional muitas vezes comentam que não entendem porque suas posições “sensatas” evocam o medo em alguns setores. Marine Le Pen – que recentemente escreveu no *New York Times* que o “fundamentalismo islâmico” é um “câncer sobre o Islã” que fere “os nossos compatriotas muçulmanos” – é parte de uma tendência na qual o público europeu considera normais partidos anteriormente marginalizados.





O movimento neonazista Aurora Dourada no Parlamento grego.

### > Velocidade e volatilidade política

Mas as ameaças mais profundas à robusta democracia europeia estão em outro lugar. A primeira é a velocidade com que a paisagem política europeia mudou, e a volatilidade das preferências e emoções dos eleitores; a segunda é a sinergia negativa entre crises políticas e econômicas produzidas por eventos como *Charlie Hebdo*.

A primavera de 2012 foi um ponto de virada – a manifestação, tomando emprestado a expressão de Eric Hobsbawm, da “primavera dos povos irritados”. A política europeia parecia acelerar: uma virada eleitoral seguida da outra. Os extremismos políticos de esquerda e direita começaram a ter progressos eleitorais. Apesar de François Hollande ter ganhado a eleição presidencial da França, Marine Le Pen ficou em terceiro lugar. Combinadas, a extrema esquerda e a direita atraíram mais votos do que o presidente em exercício, Sarkozy, ou seu adversário socialista.

Pouco tempo depois, o partido abertamente neonazista da Grécia, o violento e anti-imigrantes Aurora Dourada, deslocou um partido de direita tradicional, enquanto uma coalizão socialista pouco conhecida, o Syriza, deslocou os socialistas. No final de 2014, apenas algumas semanas após

os assassinatos de *Charlie Hebdo*, a Grécia realizou eleições mais uma vez – e hoje o Syriza governa a Grécia, enquanto o Aurora Dourada é o terceiro maior partido do país. A instabilidade eleitoral também ocorreu na Suécia, que não é membro da União Econômica e Monetária Europeia e não é atormentada pelas medidas de austeridade impostas pela União Europeia. Nas recentes eleições parlamentares da Suécia, os Democratas Suecos, de direita, subiram de apenas 6% dos votos em 2010 para 13% em 2014.

Durante o mesmo período, o Movimento Cinco Estrelas da Itália ficou em primeiro em uma eleição de 2013, enquanto o movimento de esquerda Podemos da Espanha ganhou terreno considerável. Embora o movimento anti-imigrante de direita da Alemanha Pegida tenha apenas alguns meses de idade, ele pode adquirir um eleitorado – especialmente em um contexto em que o livro de Thilo Sarrazin, de 2010, *A Alemanha está acabando consigo mesma*, é um bestseller.

### > A sinergia negativa e o humor político

Apesar das diferenças significativas, esses partidos e movimentos partilham características comuns: o compromisso com seus respectivos Estados-nação, a desconfiança com a integração europeia e o antagonismo contra a globalização.



Eles são contrários ao euro, muitas vezes defendendo a saída da união monetária, e eles compartilham uma intensa aversão às políticas de austeridade.

*Charlie Hebdo* trouxe uma nova urgência às discussões sobre imigração e integração. Se a austeridade rigorosa imposta pela UE permitiu que políticos como Le Pen descrevessem a agenda neoliberal e global como perigosa, os assassinatos em *Charlie Hebdo* deram maior peso às reivindicações de que o fundamentalismo islâmico existe e é uma ameaça, ou de que a imigração é um problema. Embora esse tenha sido um argumento da direita europeia, o Primeiro-Ministro francês apropriou-se dele quando falou de “apartheid étnico e social na França.”

Em 1919, John Maynard Keynes escreveu: “Os acontecimentos do ano que vem não serão moldado pelos atos de liberados de estadistas, mas pelas correntes ocultas, que fluem continuamente abaixo da superfície da história política, das quais ninguém pode prever o resultado [grifo nosso]”. Os comentários de Keynes sobre a decadência econômica e física da Europa pós-guerra estranhamente evocam a Europa contemporânea.

Será que estamos vendo uma repetição da década de 1930 na Europa e um retorno do fascismo? Embora o Aurora Dou-rada defenda explicitamente o nazismo, os objetivos de ambos a Frente Nacional da França e os Democratas da Suécia são nacionalistas, não autoritários; indivíduos perturbados, como o norueguês Anders Breivik, não devem ser confundidos com programas políticos coerentes. Prever o retorno de ditaduras como as das décadas de 1920 e 1930 seria ingenuidade, um pouco como prever o retorno da máquina de escrever. Os Estados-nação europeus de hoje são processualmente democráticos: mesmo a adoção da “democracia iliberal” do presidente húngaro Viktor Orban ainda representa uma retórica elogiosa à democracia.

Nada disso significa dizer que não há motivo para preocupação: as “correntes ocultas” da Europa hoje estão obscuras

e os humores coletivos evocam paralelos históricos. Em seu livro de memórias publicado postumamente sobre a Alemanha de 1930, Sebastian Haffner identifica esperança, desespero, medo e raiva equivocada como prelúdios inegáveis para a ascensão de Hitler. Da mesma forma, os humores pesados prevalecem na Europa de hoje. Na França, os entrevistados em uma pesquisa nacional recente identificaram a “falta de confiança”, a “depressão” e a “lentidão” como as características que melhor definem seu estado de espírito. O “entusiasmo” veio por último – uma descoberta que não é surpreendente, uma vez que o livro do jornalista conservador Éric Zemmour *O Suicídio Francês* [Le suicide français] é atualmente *best-seller* na França.

Se não fosse a crise econômica e as políticas de austeridade, seria improvável que os partidos de extrema esquerda ou direita fossem tão atraentes. Desde os anos 1970, no entanto, as políticas econômicas e as visões de mutualidade não funcionaram bem. Da mesma forma, as políticas de imigração e de integração que fazem referência a qualquer nacionalismo do século XIX ou idealismo multicultural precisam ser reconcebidas. Para ir além do momento presente, os líderes europeus precisam imaginar e implementar novas formas de solidariedade social que incluam e envolvam todos os cidadãos. Os líderes precisam restaurar um sentido de esperança coletiva – a capacidade de imaginar um futuro. Uma recalibragem econômica é o lugar por onde se começar – mas as políticas econômicas por si só não serão suficientes. Os líderes europeus precisam pensar de forma realista sobre o significado da comunidade em espaços políticos que ainda estão, muitas vezes, no âmbito nacional; eles terão que nadar contra as correntes não tão ocultas – ou correm o risco de serem ultrapassados por acontecimentos como *Charlie Hebdo*. ■

Contato com Mabel Berezin <[mmb39@cornell.edu](mailto:mmb39@cornell.edu)>

&gt; Notas de campo:

# A safra do medo na Europa

Por Elisabeth Becker, Universidade de Yale, EUA



Elisabeth Becker em uma mesquita, em trajes de celebração.

**A** etnografia envolve entrar nos mundos dos outros, tanto observando quanto participando de suas vidas diárias. Ao contrário do trabalho de arquivo, a pesquisa com questionários ou os métodos experimentais, a etnografia é vulnerável aos eventos do mundo real que podem interromper, redirecionar ou desvendar a pesquisa. Tal foi o caso com o meu estudo sobre mesquitas em três países da Europa, após os assassinatos dos jornalistas de *Charlie Hebdo*.

Eu escolhi as mesquitas como meu sítio etnográfico a fim de entrar nos mundos culturais e espirituais dos

muçulmanos na Europa, e para entender como eles enfrentam o estigma inegável atribuído a sua identidade. Eu queria aprender sobre a vida diária dos muçulmanos de dentro, a partir de suas perspectivas e dentro de suas casas de oração. Eu queria aprender sobre suas vidas diárias através da participação nas mesmas, em vez de analisar a situação política complicada mais ampla que circunda o Islã em nosso tempo. Para entrar no campo – mesquitas em Berlim, Londres e Madri –, foi necessária uma transformação pessoal. Tanto como fashionista quanto como feminista, eu lutei com a maneira com que devia me apresentar respeitosamente, enquanto mantinha



o respeito a mim mesma. No início, eu me atrapalhava, os lenços caíam no meu rosto ou no chão. E, no entanto, logo me vi envolta na seda desses lenços, vestindo um hijab solto em viagens de ônibus pelo centro de Berlim, o que me garantia olhares; confortavelmente, pedia um *curry* no Algate East, em Londres; saía de uma mesquita em uma vizinhança em Madri, ganhando olhares. À medida que passei a viver a vida de uma muçulmana, senti medo em suas formas variadas.

Eu não tive medo do homem alemão que caiu de sua bicicleta quando se virou surpreso por eu estar vestindo um véu. Eu não tive medo do movimento de extrema-direita Pro-Köln, um pequeno grupo com uma voz estridente, que tentara bloquear a construção de uma grande mesquita na cidade católica de Köln. Eu certamente não tinha medo de mesquitas. O único medo que eu tive nos estágios iniciais da minha pesquisa foi o julgamento das mulheres muçulmanas mais velhas que não compreendiam o que eu estava fazendo em suas mesquitas. Eu não pertencia, mas também não era uma forasteira; eu estava vestida adequadamente, mas de modo diferente; era casada com um homem muçulmano. Essas mulheres muitas vezes arrumavam o meu lenço, adicionando outra camada (jogando um lenço extra, mais grosso, sobre meus ombros), puxando para baixo as pontas das minhas calças e até subindo as minhas meias. Elas tentavam me cobrir para “me ajudar” a pertencer a um espaço onde os forasteiros raramente permanecem – e muito menos aprendem as letras árabes. Elas até pediram para me chamar de Fatmah, porque elas não podiam compreender o que, a princípio, uma Elisabeth queria com a participação na vida cotidiana de uma mesquita. Elas queriam me renomear para proteger seus espaços seguros, para certamente reivindicar que eu já sabia ser uma delas. No entanto, esses primeiros medos permaneceram pequenos e mundanos, medos pelo meu trabalho de campo e por mim mesma enquanto pesquisadora, à medida que tentava me equilibrar na

borda de dois mundos em uma Berlim dividida.

Na célebre meca multicultural de Londres, meu segundo local de campo, me senti mais eu mesma. As linhas pareciam mais distintas entre eu e as mulheres que me ajudaram, elas que viveram suas vidas inteiras em conformidade com os chamados para oração. E, no entanto, talvez paradoxalmente, esta distinção permitiu que as mesmas linhas se desfocassem. Eu podia facilmente ir além do suporte desse grupo para o “outro” – compartilhando com as mulheres que conheci preocupações sobre nossas crianças, o gosto pelo *curry* picante e, apesar de nossos estilos drasticamente diferentes, muitas vezes, um olhar estético. Essas mesmas mulheres também questionaram a minha “real” motivação por estar na mesquita, e a maioria estava convencida de que meus objetivos acadêmicos eram secundários às preocupações com a criança que crescia em meu ventre.

Eu cheguei em Madri uma semana antes dos ataques a *Charlie Hebdo*, desfrutando de café com leite e longas caminhadas pelo Parque Retiro. Minha pesquisa na mesquita começava lentamente, se é que havia começado. Quando perguntei aos moradores locais sobre mesquitas, a maioria olhou para mim com olhos curiosos. “Há mesquitas aqui em Madri? Você quer dizer em Córdoba?”, eles muitas vezes responderam, sugerindo um grave descolamento desses modos de vida muito reais. Quando perguntei a mulheres identificáveis como muçulmanas, elas riram: “As mesquitas não poderiam estar no centro da cidade, elas jamais poderiam estar na capital”. Pelo que vivenciei, há um medo de longa data na comunidade muçulmana na Espanha. Ele não nasceu dos atentados em Paris, mas esses ataques o exacerbaram. Antes de *Charlie Hebdo*, na primeira mesquita que visitei, ao norte de Madri, as mulheres me enxotaram. Eu pedi para participar de atividades em grupo e elas alegaram falsamente que não havia nenhuma. Na segunda, ao sul da cidade, um homem na porta

me perguntou se eu tinha certeza que havia chegado ao lugar certo. Quando eu balancei a cabeça, ele alegremente me levou a um grupo de mulheres assistindo seus filhos representando – as crianças beijaram as bochechas do meu filho com largos sorrisos enquanto suas mães olhavam para mim com olhos curiosos.

No entanto, após os ataques, as mesquitas não eram mais preenchidas com rostos suspeitos, mas estavam quase vazias. Na semana após os ataques, eu fiquei sentada sozinha em uma pequena *masjid* de bairro, aberta apenas para orações, aguardando compromissos com mulheres fantasmagóricas que nunca apareceram. Mesmo a maior mesquita da cidade estava esvaziada, seu salão principal trancado fora dos horários de oração. Cheguei com meu bebê para encontrar apenas algumas mulheres, duas conversando, duas orando e uma dormindo, e nenhuma respondeu aos meus cumprimentos. O sentimento de medo rastejou debaixo dos meus ossos e saí daquela mesquita com pressa. Pela primeira vez, durante a minha pesquisa, senti que algo estava errado, muito errado.

Eu encontrei medo em Madri, que cresceu no rescaldo dos ataques a *Charlie Hebdo*, no vazio repentino e crescente segurança ao redor e no interior das mesquitas. Os policiais com fuzis kalashnikov chegaram a *Puerta del Sol* – “a porta para o sol” –, o centro da cidade, ao som das sirenes perturbando o ar enquanto eu balançava meu filho para dormir. Protestos turbulentos, liderados por um ramo de direita do movimento espanhol Pegida (Europeus Patrióticos Contra a Islamização do Ocidente), fundado em Dresden em outubro passado, ocorreram fora das mesquitas, apesar de proibidos pelas autoridades locais. Após os ataques a *Charlie Hebdo*, paredes de mesquitas em todo o país e continente foram pichadas: “Voltem para seu país” ou mesmo “Morte ao Islã”. Encontrei alguns que temiam minha entrada nas mesquitas, evitando o contato, criando distâncias tanto

dentro quanto fora das suas portas em Madri. Eles questionavam a minha presença, de repente com certeza de que meus motivos não poderiam ser inócuos, que eu não poderia estar lá para minha pesquisa, para o meu filho ou para mim.

Foi somente após os ataques em Paris que considerei parar minha pesquisa, por medo de que eu houvesse subestimado profundamente a situação política com a qual eu tinha que lidar. Minha ideia era colocar entre parênteses a política dos mundos sociais e culturais daqueles que frequentavam a mesquita. Na realidade, a política tinha abalado muito esses mundos sociais e culturais, e eu (com e) neles. Independentemente de suas origens, as mesquitas recebiam ameaças. Pela primeira vez, senti medo de ficar dentro de mesquitas. Na sequência dos ataques ao *Charlie Hebdo*, amigos dos EUA me escreveram sobre os abusos na Arábia Saudita e aqueles perpetrados pelo ISIS (o Estado Islâmico do Iraque e do Levante), perguntando como eu poderia me associar tão profundamente com os muçulmanos. Eu não tinha vergonha? Eu não estava com medo? A conversa que tive com um grupo de jovens muçulmanos espanhóis ecoou várias vezes em minha mente, na qual eles explicaram que constantemente tinham que se defender contra as atrocidades cometidas pelos extremistas em outros cantos do globo.

Eu encontrei medo em Madri e ele me seguiu quando voltei a Berlim. Amigas

que usavam véu falaram em ficar em casa depois dos ataques em Paris, elas falavam de sorrisos duvidosos que recebiam no metrô e como estavam considerando se mudar da Europa. Homens turcos idosos em Berlim derubavam suas xícaras de chá enquanto falavam em voltar (para a Turquia de outro tempo). Um jovem menino muçulmano em Berlim contou-me sobre a ameaça recebida por sua irmã que vestia um *hijab* no ônibus semanas após os atentados de Paris, quando ela ajudou uma mulher não-muçulmana com deficiência a subir para a plataforma do ônibus. Os passageiros se recusaram a abrir caminho. “Alguém deveria esfaqueá-la”, anunciou um homem no ônibus, não sussurrou e não teve vergonha. Um mês depois, o mesmo rapaz me perguntou por que três jovens muçulmanos haviam sido mortos na Carolina do Norte. “Sem uma razão?”, ele perguntou, incrédulo, com lágrimas nos olhos. Um garoto de onze anos de idade, mestre em cubo rubix, fanático apenas pelo chocolate Ferrero Rocher – mesmo essa criança estava com medo.

A face global do nosso mundo nos faz vulneráveis, todos cheios de medo. Os movimentos nacionalistas de direita tentam explorar esse medo do outro e negam o fato de que todos nós vivemos à beira de mundos diferentes. Aqui, na Alemanha, o movimento direitista Pegida tomou as ruas de Dresden com nova força, com 18.000 pessoas que procuram “resistir à islamização” através do ódio e sugerindo que há muitos, muitos mais. A chanceler An-

gela Merkel pode dizer que os muçulmanos pertencem à Alemanha, e eu não nego a importância simbólica de suas palavras, mas os rostos que vejo, as ameaças contra mesquitas do bairro, sugerem que outra coisa continua a definir a Europa de hoje. É de alguma forma obscurecida por atos de fanáticos – desde os assassinos realizados nos ataques ao *Charlie Hebdo* até militantes do ISIS que continuam a cometer assassinatos brutais.

Quer pesquisadores ou cidadãos, não sabemos como combater esse multifacetado e dividido medo quando ele rasteja sob a nossa própria pele. O aumento da segurança e o aumento da suspeita só dificultam nossa causa. Temos que ser capazes de dar as mãos aos nossos vizinhos – de diferentes raças e credos – enquanto lutamos civilmente contra o extremismo, por meio da mesma tradição cívica que buscamos proteger. Como uma *outsider-insider*, como uma pesquisadora de mesquitas abrangendo esses dois mundos diferentes, meus medos mudaram do mundano para o existencial, no rescaldo dos ataques ao *Charlie Hebdo*. Também me encontrei recuando, vinculada pelas fronteiras que procurava sinceramente reunir; fronteiras em que não acredito, mas que já não consigo mais circular. ■

Contato com Elisabeth Becker  
<[becker.elisabeth@gmail.com](mailto:becker.elisabeth@gmail.com)>

# > Buscando a sociologia no Paquistão

Por **Laila Bushra**, Universidade de Ciências Administrativas de Lahore, Paquistão

**A** sociologia no Paquistão não é uma disciplina estabelecida, no sentido ocidental. Hamza Alavi, cujas obras-chaves foram publicadas nas décadas de 1960 e 1970, foi o nosso primeiro e único sociólogo reconhecido internacionalmente. Desde Alavi, nenhum trabalho sociológico sério saiu do Paquistão ou foi escrito sobre ele. Tem havido importantes contribuições de historiadores, cientistas políticos e antropólogos, e um dilúvio recente de livros sobre a militância islâmica e suas ligações com os militares e a geopolítica paquistanesa. Mas não há perspectivas teóricas conscientemente sociológicas, e o Paquistão carece de associações ou revistas sociológicas.

A sociologia “realmente existente” no Paquistão hoje, inclui apenas um total de cinco sociólogos (três treinados nos EUA, dois na Inglaterra) lecionando em uma universidade privada chamada, embaraçosamente, de Universidade de Ciências Administrativas de Lahore (LUMS). Destes cinco, dois mudaram o foco de seu ensino e pesquisa para a filosofia e para a ciência política, respectivamente, e um está atualmente de licença. Dada a nossa história e contexto, há pouca razão para esperar muita melhoria no futuro próximo.

Em meados dos anos 1990, a LUMS – a escola de administração privada de maior prestígio no Paquistão – lançou o primeiro programa de graduação de quatro anos no país lecionado exclusivamente por professores treinados na Europa ou na América do Norte. Assim, surgiu uma pequena ilha, exclusiva e cara, de ensino de graduação no estilo americano dentro do vasto oceano da educação pública disfuncional do Paquistão. Apesar do programa da LUMS oferecer apenas graduações em economia e ciência da computação na época, o currículo incluía algumas disciplinas de humanidades e/ou de ciências sociais. No entanto, ao contrário dessas duas graduações, que incluíam um conjunto padrão de cursos, as disciplinas de humanidades e ciências sociais dependiam das variações da oferta, sen-

do ministrados por professores adjuntos ou profissionais (como diplomatas ou psicólogos) que estavam disponíveis.

Desde o início, os estudantes responderam positivamente a uma abordagem totalmente nova (para os padrões paquistaneses) do ensino das ciências sociais, embora eles viessem para a LUMS principalmente por suas duas graduações prestigiadas e profissionalmente promissoras. Com o tempo, as ciências sociais evoluíram gradualmente de um apêndice para uma graduação separada, principalmente para acomodar o número crescente de estudantes que eram incapazes de atender aos requisitos rigorosos da economia e da ciência da computação mas, ainda assim, queriam – e podiam pagar – uma cobiçada graduação na LUMS. O departamento também se expandiu para atender ao aumento global do número de estudantes no campus.

O programa de graduação da LUMS tem agora 20 anos de idade, e o departamento de ciências humanas e sociais já percorreu um longo caminho. Um grupo de membros permanentes do corpo docente tem investido esforços consideráveis no aperfeiçoamento do currículo e na definição da sua própria posição na universidade, consolidando grupos disciplinares em vez de contratações indiscriminadas baseadas unicamente em uma titulação ocidental. Por ser a única socióloga em tempo integral naquelas bandas, fui adotada por um grupo maior de antropólogos à época. O chefe de departamento – ele próprio um antropólogo – recentemente conseguiu substituir os cursos de ciências sociais genéricos por um número de graduações de disciplinas específicas: política e economia, ciência política, antropologia e sociologia, história, e inglês, e cursos de psicologia e filosofia. Temos organizado pelo menos uma conferência internacional interdisciplinar a cada ano e colaborado com alguns acadêmicos internacionais. Mas somos atormentados por antigos problemas de disponibilidade de professores e demanda de alunos, juntamente com os novos desafios, incluindo hostilidades administrativas.

**“Nós somos um país sem sociologia, mas com uma necessidade urgente de análise sociológica”**

Com exceção de um punhado de membros do corpo docente, que estão no Paquistão por motivos pessoais ou de pesquisa, a maioria da nossa equipe de ensino leciona na LUMS como um trabalho de transição enquanto procura melhores oportunidades na Europa e na América do Norte ou, mais recentemente, na Ásia Oriental e no Oriente Médio. Muitos solicitam licenças estendidas para trabalhos de curto prazo em cargos de adjunto no exterior, na esperança de encontrar um emprego permanente.

A alta administração realmente não considera a rotatividade do quadro docente como um sério problema. O seu modelo preferido seria um curso de ciências sociais amplo e desestruturado, que não contaria com um corpo docente ou disciplinas específicas, e poderia potencialmente ser atendido inteiramente por membros adjuntos do corpo docente ou visitantes. Na verdade, a administração central da LUMS resistiu à introdução das novas graduações por mais de dois anos, e sua falta de respeito por nossas disciplinas é rotineiramente reforçada pelas tendências da demanda dos alunos. Não é que não tenhamos estudantes interessados, mas poucos estão dispostos a transformar esse interesse em um compromisso enquanto uma escolha, em vez de uma compulsão. Ano após ano, a administração envia-nos gráficos com as principais preferências declaradas pelos alunos no momento da admissão – e nossos cursos compõem a camada inferior. Dentro desse nível, a única graduação abaixo da antropologia-sociologia é a história. Nossas disciplinas são fortemente procuradas, mas nossas graduações continuam a ser uma opção reserva.

Um sucesso que podemos reivindicar é que muitos estudantes convertem-se para nossas disciplinas quando se candidatam para a pós-graduação, e sua taxa de admissão tem sido consistentemente impressionante. Mesmo aí, no entanto, a maioria escolhe programas aplicados, esperando que esses concederão acesso a postos de trabalho em órgãos de comunicação, institutos de pesquisa ou organizações de financiamento, locais e do exterior: estudos de desenvolvimento, estudos de mídia, política pública e, mais recentemente, estudos urbanos. Tendo em conta que os nossos alunos são inteligentes, motivados e ambiciosos,

eles continuarão a fazer tais escolhas pragmáticas. Espero que, na melhor das hipóteses, um ou dois estudantes, a cada ano, tomem uma decisão puramente acadêmica – e mesmo isso raramente será a favor da sociologia.

Se o Paquistão não está vindo para a sociologia, a sociologia, talvez, possa fazer um esforço maior para vir para o Paquistão. Não prevejo muitos sociólogos treinados no ocidente – incluindo cidadãos paquistaneses – escolherão se estabelecer aqui se tiverem melhores opções de carreira. E tem sido difícil envolver sociólogos seniores com o Paquistão, mesmo de forma temporária. Entre 2008 e 2011, coordenei uma série de palestras internacionais, convidando estudiosos consagrados para visitas curtas para inspirar e orientar os estudantes e membros da faculdade. Tivemos algum sucesso com historiadores e cientistas políticos, mas nem um único dos vários sociólogos consagrados que abordei aceitou o convite. Seria de se esperar que, no futuro, sociólogos jovens e consagrados responderão mais positivamente aos nossos convites para eventos acadêmicos. De nossa parte, nós também precisamos nos engajar ativamente em iniciativas da ISA, incluindo a sala de aula global.

Mas talvez a maior promessa encontre-se nos alunos de pós-graduação de sociologia de todo o mundo. O Paquistão não é apenas o país mais “perigoso” do mundo, mas também o mais mal compreendido. Poucos aspectos de seu Estado e sua sociedade foram analisados de forma sistemática. Os estudantes de pós-graduação que estão à procura de temas de dissertação desafiadores fariam bem em considerar trabalhar sobre o Paquistão. Doutores recentes poderiam também considerar os benefícios de trabalhar em um ambiente pequeno como o nosso ensino universitário: alunos motivados, autonomia de ensino significativa, uma carga razoável de ensino e oportunidades de colaboração com colegas de outras disciplinas. Nós somos um país sem sociologia, mas com uma necessidade urgente de análise sociológica. ■

Contato com Laila Bushra <[laila@lums.edu.pk](mailto:laila@lums.edu.pk)>

# > Perspectivas para a sociologia no Paquistão

Por **Hassan Javid**, Universidade de Ciências Administrativas de Lahore, Paquistão

**Q**uando eu comecei a procurar um emprego no Paquistão, eu sabia que as oportunidades para os sociólogos eram poucas e raras. Como em muitas outras partes do mundo, uma ênfase na ciência e na engenharia foi historicamente liderada pelo Estado e colocou as ciências sociais e humanas em posições relativamente periféricas na maioria das universidades do país. Mesmo onde existem departamentos de sociologia, constrangimentos institucionais muitas vezes restringem o espaço disponível. No setor público, por exemplo, a interferência do governo na elaboração de currículos e na liberdade acadêmica são combinadas com rivalidades profissionais (e muitas vezes político-partidárias) na concorrência por empregos públicos seguros produzindo um ambiente que não é particularmente propício para o ensino ou para a pesquisa. No setor privado, as universidades têm, em grande medida, procurado explorar a demanda por formação em economia, administração e tecnologia da informação, todas associadas a maiores retornos financeiros para os graduados. Em ambos os setores, público e privado, a pesquisa é praticamente inexistente, com pouco incentivo para a prática e ainda menos apoio institucional.

Nesse contexto, eu me inscrevi para um cargo na Universidade de Ciências Administrativas de Lahore (LUMS), uma instituição do setor privado considerada uma das melhores universidades do Paquistão, e um dos poucos lugares do país com um compromisso evidente em apoiar as ciências sociais e as humanidades. Quando me candidatei para a LUMS, sua Faculdade de Ciências Sociais e Humanas estava passando por um período de reestruturação: enquanto anteriormente a universidade oferecia um curso de graduação em ciências sociais, no âmbito do qual os estudantes tinham uma série de cursos de diferentes disciplinas, agora, procurava-se fornecer graduações mais especializadas e específicas de cada disciplina. Dessa forma, apesar de ter me candidatado para um cargo como sociólogo, fui convidado para me juntar ao recém-formado departamento de ciência

política.

Dada a minha experiência em sociologia política e histórica e meu interesse em questões relacionadas ao Estado, classe e democratização no Sul da Ásia, a perspectiva de trabalhar em um departamento de ciência política não era algo que eu considerarei problemático. A ciência política teve tanto espaço quanto demanda por professores adicionais; depois de economia e finanças, a ciência política é o programa mais popular na LUMS, com quase 150 alunos de graduação matriculando-se todos os anos – um forte contraste com o programa de antropologia e sociologia que, normalmente, atrai de dez a vinte novos estudantes a cada ano. Isso pode ser explicado pela crença generalizada (embora não necessariamente verdadeira) de que a ciência política tem mais inserção no mercado que outras graduações em ciências sociais, e o efeito sobre o recrutamento do corpo discente é claro. Com a restrição no aumento da demanda dos estudantes, as disciplinas menos populares como a sociologia estão suscetíveis a permanecerem marginais, com escassez de pessoal e subfinanciadas.

Trabalhar no Paquistão tem suas próprias restrições. Mesmo em um lugar relativamente privilegiado como a LUMS – que tem feito um trabalho admirável ao defender a liberdade de expressão e o debate –, muitas vezes é necessário lidar com a escassez de recursos acadêmicos e escolásticos, apoio institucional e material inadequado para a pesquisa, e a ausência de estudantes e programas de pós-graduação. Essas dificuldades são agravadas pela ausência de uma comunidade mais ampla de colegas e parceiros de trabalho dentro de um quadro disciplinar semelhante.

O Paquistão é um país multiétnico, multirreligioso, com quase 200 milhões de pessoas, marcado por um legado de domínio colonial, rápida urbanização e mudança econômica, uma transição para a democracia com uma cultura de políticas controversas e indisciplinadas, e testemunha do

**“Em ambos os setores, público e privado, a pesquisa é praticamente inexistente”**

surgimento de novas (e, às vezes, antigas) formas de mobilização social e política. No entanto, especialmente no rescaldo do 11 de setembro, a pesquisa sobre e no Paquistão tem girado em torno Islã e sua militância. À medida que mais e mais financiamento foi sendo canalizado para essas áreas de pesquisa (especialmente do Ocidente), e que mais pesquisadores têm dedicado tempo e energia para essas perguntas, tem havido um declínio correspondente em outras áreas de pesquisa e conhecimento. Dentro da ciência política, isso significou que a maioria dos departamentos estão cada vez mais orientados para as Relações Internacionais e os Estudos de Segurança. Ao mesmo tempo, uma ênfase em pesquisas e métodos quantitativos se encaixou perfeitamente com os interesses das organizações estrangeiras de financiamento e organismos de planejamento governamental; muito da pesquisa social no Paquistão gira em torno de estreitas questões “relevantes para as políticas públicas” que podem ser abordadas apenas aparentemente por economistas que utilizam modelagem econométrica. Apesar de toda sua complexidade e diversidade, o Paquistão é frequentemente visto como pouco mais do que um centro de violento extremismo religioso, cujos problemas de governança podem ser resolvidos por meio de equações que demonstram a eficácia de propostas de políticas específicas. Este viés é refletido em muitos dos trabalhos recentemente publicados sobre o Paquistão; até mesmo livros de esquerda sobre política e economia política agrária claramente adaptam-se ao Islã em seus títulos e narrativas.

Como sociólogo no Paquistão trabalhando em um departamento de ciência política, cada vez mais percebo que as conversas sobre pesquisa, sociedade e teoria só têm lugar dentro desses parâmetros. Em meu próprio trabalho, no entanto, eu tenho explorado a relação entre o Estado e as elites entrincheiradas do Sul da Ásia, com foco em como as instituições e intervenções da era colonial, particularmente na economia agrária, tiveram um impacto duradouro sobre a capacidade das classes proprietárias em articular e perseguir os seus interesses ao longo do tempo. Eu per-

maneço interessado em examinar as implicações desse padrão para a política democrática contemporânea do Paquistão, e também estou interessado em investigar como o poder da elite foi reconfigurado e reproduzido em meio a uma tremenda mudança econômica, política e social.

Na falta de uma ligação clara ao Islã ou à política, no entanto, o interesse por essas questões continua a ser limitado. O mesmo pode ser dito sobre outras questões, incluindo etnia, gênero e urbanização. Além disso, os sociólogos permanecem notáveis na sua ausência. Em busca de colaboradores e colegas interessados em questões semelhantes às minhas, encontrei-me trabalhando com economistas e cientistas políticos que, embora muito bons no que fazem, são, todavia, limitados por suas próprias perspectivas disciplinares, bem como os imperativos mais amplos da pesquisa impulsionada por financiadores e por constrangimentos relacionados a como as questões são enquadradas, pesquisadas e respondidas. Amigos da história e da antropologia, duas outras grandes áreas de pesquisa e conhecimento no Paquistão, relatam problemas semelhantes mas, mesmo assim, a lacuna conceitual e metodológica entre essas disciplinas e a minha é frustrantemente grande.

A sociologia no Paquistão tem tido dificuldades para se afirmar, cedendo espaço para disciplinas como economia e ciência política com vínculos institucionais mais fortes com os financiadores e com o governo. É improvável que isso mude em um futuro próximo: as mesmas forças do mercado e caprichos da política global que minaram a sociologia no Paquistão também levaram muitos estudantes promissores de pós-graduação, daqui e do exterior, a seguirem carreiras em disciplinas alternativas. No entanto, o Paquistão continua a ser um terreno fértil para os sociólogos que procuram perseguir questões interessantes e desafiadoras. ■

Contato com Hassan Javid <[hassan.javid@lums.edu.pk](mailto:hassan.javid@lums.edu.pk)>

# > Ulrich Beck, um Sociólogo Europeu com Intenção Cosmopolita<sup>1</sup>

Por **Klaus Dörre**, Universidade Friedrich-Schiller, Jena, Alemanha, e membro dos Comitês de Pesquisa em Teoria Sociológica (RC16), em Sociologia do Trabalho (RC30), em Movimentos Sociais (RC44) e em Classes Sociais e Movimentos Sociais (RC47) da ISA



*Ulrich Beck em 2014, recebendo o prêmio de conjunto da obra pela contribuição mais distinta a Pesquisas Futuras ao Comitê de Pesquisa sobre Pesquisas Futuras (RC07).*

porta os efeitos colaterais imprevistos da produção industrial, que em seu modo de ver se tornaram a verdadeira força motora da história. Os riscos ecológicos e seus efeitos irreversíveis constituem uma séria ameaça global – uma “*Allbetroffenheit* democrática”, uma ameaça que diz respeito a todos nós, em última instância sem distinção entre trabalhadores e capitalistas. Sobrepujando progressivamente a “lógica da distribuição da riqueza”, a “lógica da distribuição democrática do risco”, segundo Beck, não poderia mais ser entendida em termos de luta de classes, racionalização ou diferenciação funcional. Conforme ele disse: a pobreza é hierárquica, a fumaça, democrática!

Esse conflito social ecológico é, em segundo lugar, acompanhado por uma individualização das desigualdades sociais. Se as distâncias entre os grupos sociais não diminuíram nas décadas pós-guerra, elas ao menos subiram um ou vários níveis, em uma espécie de “efeito elevador” (*Fahrstuhleffekt*). Até o mais pobre possui, em média, significativamente mais do que gerações anteriores, e tem um leque de escolhas que leva a certa individualização.

Os meios sociais tradicionais erodiram progressivamente: classes e estratos

**S**ociedade de Risco, de Ulrich Beck, provocou um terremoto intelectual na Alemanha quando foi publicado. Beck defendia a posição controversa, segundo a qual, a realidade social não correspondia mais à terminologia dos sociólogos. Afirmava que uma mudança quase revolucionária em direção a uma nova variante da modernidade ocorreria no interior da carcaça institucional aparentemente intacta da modernidade industrial. Quem quer que quisesse compreender essa mudança teria que romper com o prevalecente “consenso marxista-weberiano a respeito da modernização” e suas premissas de linearidade. Beck considerava que as principais teorias sociológicas da modernização – especialmente o processo de acumulação do capital (Marx) ou o crescimento linear da racionalização e da burocratização

(Weber) – eram “constrangimentos supra-subjetivos” a prescrever uma gramática para os atores sociais, aos quais todas as atividades sociais deveriam se conformar. Uma teoria da modernização reflexiva, argumentava ele, teria que romper com as pressuposições de linearidade, substituindo-as por um argumento de auto-ameaça: “o avanço da modernização [está] dissolvendo os contornos da sociedade industrial”. No desenvolver de um processo autonomizado de modernização, a sociedade industrial estaria sendo “ultrapassada, até mesmo ‘abolida’, do mesmo modo como a modernização da sociedade industrial desagregara a sociedade feudal - baseada no status - conforme ela mesma se formava”.

Beck via três desenvolvimentos como indicadores da transição para uma outra modernidade. O primeiro com-

não são mais fortes determinantes da experiência vivida e, assim, representam agora meras figuras estatísticas. Resta o indivíduo como a unidade última que produz o social, forçado a ser o centro planejador de sua própria biografia singular sob o risco de, caso não tome para si a tarefa, encontrar-se em permanente desvantagem. Os sujeitos são “libertados” das formas sociais de classe, camada ou papéis de gênero e em seu lugar defrontam-se com os constrangimentos práticos da organização social.

É aqui que para Beck, em terceiro lugar, emerge a subpolítica da sociedade civil, conforme os efeitos colaterais da produção industrial dissolvem as fronteiras entre o político e o não-político. O progresso científico-tecnológico passa a se reportar a categorias sociais de legitimação e justificação. Não importa se o assunto é energia nuclear ou engenharia genética, os especialistas devem estar sempre prontos nos debates para as intervenções dos chamados leigos trazendo seu conhecimento alternativo. Assim, o conflito ecológico social muda o sistema de coordenadas políticas como um todo. Distinções obsoletas entre esquerda e direita tornam-se frágeis. A nova direita promove o desencadeamento de forças de mercado incontroladas e predatórias e o progresso tecnológico acelerado, enquanto uma nova esquerda ecologicamente iluminada adota princípios conservadores de preservação, aplicando-os a um meio ambiente natural que sempre foi processado e socializado. A emergência de movimentos ecológicos e partidos verdes, bem como das mudanças programáticas correspondentes em outras forças políticas, representa desenvolvimentos que podem ser atribuídos, em grande medida, à transformação das fronteiras entre o político e o não-político.

Ao longo de sua carreira, Ulrich Beck algumas vezes modificou as teses centrais de *Sociedade de Risco*, mas sobretudo ele as *refinou*. Em

última instância, defendeu-as até o fim. Se é verdade que *Sociedade de Risco* foi um livro bastante alemão, especialmente sua seção a respeito da individualização dos riscos sociais, Beck logo procurou se dirigir à sociedade de risco mundial que emergiu como resultado da globalização das ameaças ecológicas. Beck atacou consistentemente o “nacionalismo metodológico” que considerava ser de ampla expressão na sociologia. Em seu lugar, advogava uma perspectiva cosmopolita, capaz de levar em conta espaços transnacionais e subpolíticas que cruzam fronteiras, até mesmo ao tratar dos complexos deslocamentos da sociedade de risco global. Em seus esforços para formular uma teoria da modernização reflexiva adequada às sociedades contemporâneas, Ulrich Beck encontrou aliados proeminentes como Anthony Giddens, Scott Lash e Bruno Latour.

Se tivermos que elencar preliminarmente as contribuições de Beck, sua leitura sociológica do conflito social ecológico deverá ser considerado o aspecto mais convincente de seu trabalho. Sua discussão sobre a definição – e o conhecimento – dos riscos ecológicos, bem como sua discussão sobre o “poder compensador do perigo” permanecem muito atuais. De fato, os riscos associados à mudança climática ocupam hoje lugar central na guerra de interpretações e nas negociações políticas. É claro que eles podem ser temporariamente colocados de lado (como é o caso no momento, no contexto da crise europeia), mas quase certamente voltarão à tona na forma de agitação social.

O feito duradouro de Beck é ter identificado essa realidade e tê-la traduzido na terminologia sociológica. É verdade que seu diagnóstico de um “capitalismo sem classes” é hoje questionado por um verdadeiro “retorno da classe”, conforme as diferenças de classe no interior dos Estados se tornam mais pronunciadas – ainda que as assimetrias econômicas entre Estados

diminuem em escala global. Inquietações sociais, taxas de crescimento em queda e catástrofes ecológicas transformam a “lógica da distribuição da riqueza” e a “lógica da distribuição dos riscos” em fatores que se reforçam mutuamente em direção a uma “crise alicata” econômico-ecológica. O elevador em ascensão foi substituído por uma espécie de efeito moinho d’água, em que um grupo sobe precisamente *porque* está fazendo outros grupos descerem.

Ulrich Beck claramente via esses desenvolvimentos (que incidentalmente sugerem a continuidade da relevância de elementos das teorias clássicas do capitalismo), mas não pôde ou não quis analisar a formação de classes em moldes não-tradicionais. Assim mesmo, Beck tinha um senso extraordinário para o *Zeitgeist*, para novos e inesperados desenvolvimentos. Mais recentemente, como um europeu cosmopolita e democrata, Beck ergueu a voz contra um “Merkiavelismo” que subordina o sul da Europa a uma perpétua servidão, ameaçando assim a Ideia Europeia e sua quase sempre imperfeita implementação.

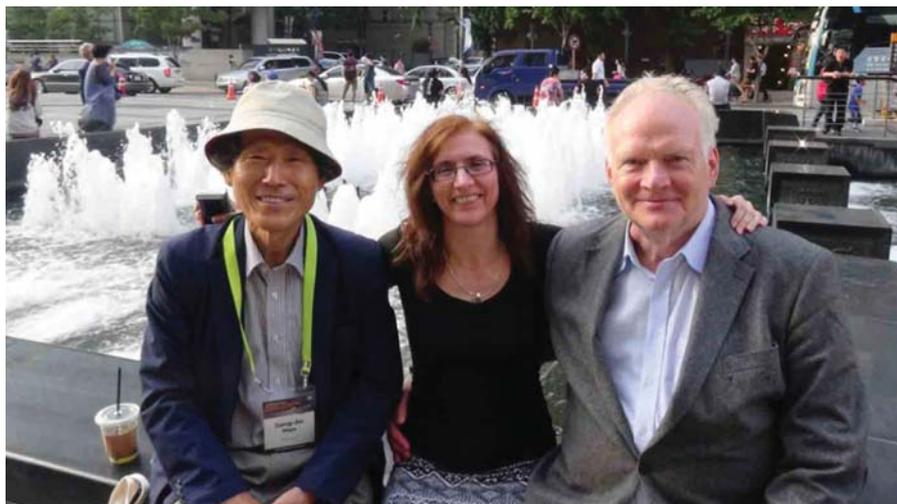
Ulrich Beck deixou uma marca intelectual impressionante. Para começar, sem ele eu certamente não teria me tornado sociólogo. Ele morreu cedo demais, e sua perda deixa uma lacuna que será impossível ocupar. Levará algum tempo para que a sociologia alemã e a europeia se deem conta do que foi perdido com a morte de Ulrich Beck. A teoria da modernização reflexiva permanece um fragmento. Retomar seu potencial original para o pensamento inovador pode ser uma forma de dialogar e aprofundar o legado intelectual de Ulrich Beck. ■

Contato com Klaus Dörre  
<[Klaus.Doerre@uni-jena.de](mailto:Klaus.Doerre@uni-jena.de)>

<sup>1</sup> Traduzido do alemão para o inglês por Jan-Peter Herrmann e Loren Balhorn.

# > Ulrich Beck na América Latina

Por **Ana Maria Vara**, Universidade Nacional de San Martín, Argentina, e membro do Conselho do Comitê de Pesquisa em Meio Ambiente e Sociedade (RC24) da ISA



Ulrich Beck com Ana Vara e Sang-Jin Han.

**C**omo avaliar o impacto do trabalho de Ulrich Beck na América Latina? Um trabalho que de forma tão sensível e completa conecta os seres humanos, o meio ambiente e o conhecimento tecno-científico tem muito a dizer aos cidadãos e cientistas sociais do subcontinente que frequentemente é definido em função de sua natureza e de sua permanente busca pela industrialização.

Há uma profunda afinidade entre a noção de sociedade de risco, conforme desenvolvida por Beck em seus escritos ao longo de três décadas, e o pensamento sobre a posição dependente da América Latina que escritores e intelectuais da região começaram a elaborar nas primeiras décadas do século XX. Procurando expor a situação neocolonial dos países da América Latina após as independências, esse discurso denuncia a exploração voraz dos recursos naturais - disfarçada de progresso -, nas mãos de agentes estrangeiros e com a cumplicidade das elites locais. Tornando senso comum, ele está por detrás de teorias como a "teoria da dependência" dos anos 1970 e discussões sobre "extrativismo" e "neoeextrativismo". Não se pode falar em uma correspondência direta entre as teorias de Beck e esse discurso, mas sim de um diálogo que ilumina a ambos, cujos principais argumentos eu gostaria de traçar aqui.

A caracterização fundacional de Beck sobre o risco como

um subproduto inevitável do "desenvolvimento tecnocômico" (1992: 20) chama atenção para a ambivalência do processo, sua natureza dúplice. Nas palavras de Beck, os "males" que resultam dos "bens" da industrialização são mais distinguíveis na América Latina, que fornece os recursos naturais que abastecem o processo, com seus impactos sociais e ambientais decorrentes. E o problema da distribuição dos riscos é mais evidente e moralmente problemático em uma região marcada por desigualdades. Nesse sentido, a teorização de Beck constitui uma contribuição crucial para o entendimento de fenômenos de longa duração na região.

Adicionalmente, na Europa e nos Estados Unidos, *Sociedade de Risco* foi lido mais como um trabalho que fala do caráter "democrático" do risco, enfatizando o fato de que não se pode demarcar fronteiras para conter a chuva ácida ou a nuvem radioativa que se originou em Chernobyl. Entretanto, desde o princípio Beck tinha consciência da relação entre risco e poder, bem como da distribuição desigual dos riscos no interior e entre distintos países. Tendo em mente o desastre de Bophal, na Índia, e a comunidade super poluída de Vila Parisi, no Brasil, ele escreveu:

A equalização global das posições de risco não pode nos iludir a respeito das novas desigualdades sociais compreendidas no sofrer os riscos. Elas aparecem especialmente quando posições de risco e posições de classe se



sobrepõem – também em escala internacional. O proletariado da sociedade global do risco vive entre chaminés, próximo às refinarias e fábricas de produtos químicos nos centros industriais do Terceiro Mundo. (1992: 41, destaques no original)

Apesar disso, Beck parecia acreditar que os riscos implicados eram aceitos cegamente pelos cidadãos dos países em desenvolvimento como o preço a pagar pelo desenvolvimento: “para essas pessoas, as complexas instalações das fábricas químicas, com seus tanques e canos imponentes, são caros símbolos de sucesso” (1992: 42). Mas o estudo do discurso que se desenvolveu na América Latina durante o século XX aponta para protestos muitos precoces contra esse tipo de projeto.

Já em 1930 Nicolás Guillén, que eventualmente se tornaria o poeta oficial da Revolução Cubana, escrevia em seu poema “Caña”:

El negro  
junto al cañaveral  
El yanqui  
sobre el cañaveral  
La tierra  
bajo el cañaveral  
¡Sangre  
que se nos va!

Ele denunciava a forma social e ambientalmente destruidora com que as companhias dos Estados Unidos produziam açúcar em Cuba na época.

Até aqui, falamos sobre a produção e a distribuição dos riscos. Mas a própria *definição* de risco é outra contribuição fundamental de Beck para a compreensão desses processos na América Latina. Quem tem o poder de definir o que constitui um risco? Aqueles que controlam as “relações de definição” também estão em posição de se beneficiar de seu poder. Ao discutir a “desigualdade dos riscos globais” na sociedade de risco, Beck escreveu:

Quem deseja descobrir a relação entre risco global e desigualdade social deve revelar a gramática do conceito de risco. Risco e desigualdade social, na verdade risco e poder, são dois lados da mesma moeda. O risco pressupõe uma decisão e, portanto, alguém que a tome, e produz uma assimetria radical entre aqueles que as tomam [as decisões], definem o risco e lucram com ele, e aqueles que estão sujeitos a ele, que têm que sofrer os *efeitos colaterais imprevistos* da decisão de outros, talvez até mesmo pagando com suas próprias vidas, sem ter sequer a chance de se envolver com o processo de tomada de decisões. (2014: 115, destaques no original)

É possível que essa situação mude? É possível que aqueles sem poder sejam ouvidos algum dia, para que a América Latina supere as condições neocoloniais sob as quais ainda se desenvolvem alguns processos? Em seus últimos artigos publicados, Beck propôs que uma “metamorfose do mundo” está em curso como resultado dos “efeitos colaterais positivos dos males”. Isso implica uma “escala de mudanças para além de nossa imaginação” e é em grande parte consequência da mudança climática e de como ela nos transformou: “nossa forma de estar no mundo, nossa forma de pensar sobre o mundo, nossa forma de imaginar e fazer política” (2015a: 75-76).

Apesar de ter enfatizado as diferenças entre “(teoria da) dependência” e “(teoria da) cosmopolitização”, ele alertou:

A metamorfose, em princípio, é inacabada, inacabável, está em aberto e pode ser reversível. Até mesmo se as relações de poder se tornaram mais abertas, mesmo que haja mais (expectativa de) igualdade e a distribuição das dependências seja mais simétrica, isso tudo implica que as relações cosmopolitas *não possam* ser novamente instrumentalizadas por estratégias neoimperialistas? Não, definitivamente não. A cosmopolitização não é unidirecional. Ela compreende a possibilidade de reforçar estruturas de poder imperialistas. (2015b: 122, destaques no original)

Ele admitiu que suas ideias sobre as “metamorfoses do pós-colonialismo”, como ele chamou, estavam “subdesenvolvidas” (Ibid.: 121). Sua morte súbita interrompeu essa reflexão. De qualquer modo, na América Latina, cientistas sociais e cidadãos comuns continuarão aprendendo com ele. É significativo que muitos de seus livros (como *Weltrisikogessellschaft [Sociedade Global de Risco]*, *Fernliebe [Amor a distância]*, com Elisabeth Beck-Gernsheim, e *Das Deutsche Europa [A Europa Alemã]*) tenham sido traduzidos para o espanhol antes do que para o inglês. Ele era um acadêmico e um intelectual, ativo nas discussões públicas – um tipo de figura muito admirado em nossa região, oferecendo motivos em dobro para nossa admiração. ■

Contato com Ana María Vara <[amvara@yahoo.com.ar](mailto:amvara@yahoo.com.ar)>

**Referências**

Beck, U. (1992) [1986] *Risk society. Towards a New Modernity*. London: Sage Publications.  
 Beck, U. (ed., 2014) *Ulrich Beck. Pioneer in Cosmopolitan Sociology and Risk Society*. London: Springer.  
 Beck, U. (2015a) “Emancipatory catastrophism: What does it mean to climate change and risk society?” *Current Sociology* 63(1): 75-88.  
 Beck, U. (2015b) “Author’s reply.” *Current Sociology* 63(1): 121-125.

# > A influência de Ulrich Beck no Leste Asiático<sup>1</sup>

Por **Sang-Jin Han**, Universidade Nacional de Seul, Coreia do Sul e ex-membro do Conselho do Comitê de Pesquisa em Classes Sociais e Movimentos Sociais (RC47) da ISA



*Demonstrando otimismo a respeito da tragédia do MV Sewol, na Coreia do Sul, Beck sugeriu que algo "ruim" às vezes pode trazer consequências "boas" – uma maior atenção às questões de segurança e ao debate sobre a irresponsabilidade organizada do governo.*

**A** atenção pública toma forma no interior de um contexto de formações discursivas, ao longo de processos históricos de mudanças sociais. A influência de Ulrich Beck no Leste Asiático – especialmente na China, no Japão e na Coreia do Sul – pode ser melhor demonstrada por meio de uma descrição da região como ela se encontra hoje, de seus problemas e possibilidades, e por meio de uma discussão não apenas da percepção pública contemporânea dos riscos, mas também de uma discussão sobre por que a sensibilidade a respeito do futuro é particularmente alta na região hoje.

O Leste Asiático representa o caso de maior sucesso de modernização pós-Segunda Guerra Mundial, sucesso que foi excepcionalmente rápido, cheio de consequências e transformativo,

ajudando os cidadãos a recuperar seu sentido de orgulho e autoconfiança. Mas os subprodutos indesejados da rápida modernização impulsionada por Estados desenvolvimentistas burocrático-autoritários penetraram cada aspecto da vida dos cidadãos. Como consequência, os benefícios da modernidade comprimida frequentemente parecem tão magníficos quanto os riscos são catastróficos, e a atenção volta-se caoticamente do lado brilhante para os aspectos sombrios do desenvolvimento.

As tradições normativas do Leste Asiático, como o Confucionismo, o Taoísmo e o Budismo permanecem intactas apesar do imperialismo cultural ocidental. Chamando a atenção para os riscos de ameaça à vida oriundos da globalização capitalista, essas tradições – originalmente bastante conservadoras – ironicamente come-

çaram a inspirar a crítica popular à sociedade de risco, como contendo sérias violações à dignidade humana, à coexistência e à política humanamente orientada (centrada nas pessoas).

Há três razões unívocas para a popularidade de Beck na região. Primeiro, o conceito de sociedade de risco foi recebido como profundamente realista, exemplificado por catástrofes como o desastre nuclear de Fukushima Daiichi no Japão (2011), a tragédia da barca Sewol na Coreia (2014) ou a “fumaça amarela” de Pequim – tempestades de areia com poluição do ar. Segundo, além de descrever os riscos, Beck oferece uma nova visão para o futuro, isto é, a modernização reflexiva ou uma segunda modernidade. Essa visão combina com a busca do Leste Asiático por sua própria identidade e por um futuro melhor sem simplesmente copiar



a modernidade ocidental. Terceiro, a defesa de Beck de uma abordagem participativa à governança do risco também é estimulante por romper tanto com um modelo convencional de governança estatal quanto com uma abordagem tecnológica do gerenciamento do risco.

A visita de Beck a Seul, em julho de 2014, tornou evidente seu grau de reconhecimento público e o alcance de sua influência. O país ainda estava aturdido pelo naufrágio do MV Sewol, em abril. A incompetência do governo disparou manifestações públicas de dor e raiva pelas centenas de mortes, que incluíam muitos jovens estudantes em uma viagem escolar. Contra esse pano de fundo, Beck deu uma palestra pública na Sala de Conferências Internacionais do Centro Coreano de Imprensa, que se encontrava totalmente lotada. Apesar de focar na mudança climática, Beck ofereceu palavras de conforto, apontando o clamor dos cidadãos como um possível catalisador de mudanças. Sugerindo que algo “ruim” às vezes pode ter consequências imprevistas “boas”, ele notou que a terrível tragédia do Sewol direcionara a atenção para questões de segurança e para o debate a respeito da irresponsabilidade organizada do governo.

Mais tarde, Beck participou da mesa inaugural do *Megacity Think Tank Alliance* (MeTTA), de Seul, com o tema “Para Além do Risco em Direção à Cidade Segura” (*Beyond Risk toward Safe City*). Ao vivo na televisão, na Prefeitura de Seul, Beck enfatizou sua visão de uma nova política:

Todos os problemas comuns enfrentados pelo Leste Asiático já se tornaram evidentes. As nações estão interconectadas [...] mas elas se confrontam acerca de problemas históricos. Se elas não puderem dar origem à união da Ásia, então não há razão para as cidades não tomarem a frente [...] Cidades como Seul podem se dirigir a um modelo de “Cidades Unidas”, ao invés de nações. As cidades estão se tornando cosmopolitas e as megacidades “globais” ainda

mais cosmopolitizadas [...] esse é um ponto de partida para a cooperação entre cidades.

O falecimento súbito de Beck chocou a sociedade coreana e expoentes conservadores e liberais indistintamente prestaram-lhe homenagens. O prefeito de Seul Park-Won Soon ofereceu suas condolências, afirmando: “*Esforçar-me-ei para fazer de Seul uma cidade modelo capaz de superar os numerosos riscos de que o professor Beck nos alertou, por meio da participação dos cidadãos e da cooperação entre cidades*”. O professor Kim Mun-Jo da Universidade da Coreia escreveu um tributo no *Joon-gang Ilbo*, enquanto a professora Hong Chan-Sook, da Universidade Nacional de Seul, escreveu um profundo memorial para o *The Kyunghang Shinmun*, lembrando sua experiência como estudante de Beck em Munique: “*Ele sempre oferecia uma mão e conforto cordial a sua pupila que tinha vindo de um país oriental distante e estranho*”.

No *Hankyoreh*, descrevi Beck como o acadêmico ocidental mais caloroso que já conheci. Seguindo convite do prefeito Park, Beck tinha concordado em lançar um “Projeto Seul” para governança participativa de riscos a partir de janeiro de 2015, tendo expressado grande entusiasmo pelo projeto em nossa última conversa por Skype em 22 de dezembro. Ele até propôs um “Parlamento para Atores de Risco no Leste Asiático”, uma ideia que emprestou de Bruno Latour logo após uma oficina no início de dezembro, em Paris. Em março deste ano, quando o projeto Seul teve sua conferência inaugural, o famoso monge Ven. Myoung Jin, que Beck e sua esposa conheceram em sua visita a Seul em 2008, realizou uma celebração em memória de Beck.

No Japão, Beck primeiro se tornou reconhecido na sociologia ambiental, e depois, no começo dos anos 2000, seu conceito de individualização se tornou cada vez mais popular. Mas Beck se tornou especialmente visível após o desastre nuclear de Fukushima Daiichi: em uma entrevista de 2011, ele abordou a

natureza do risco, mas também exortou os cidadãos japoneses a se envolverem e evitarem que a indústria e os profissionais monopolizassem as decisões.

O impacto da teoria da sociedade de risco de Beck no Japão, após Fukushima, foi equivalente a seu sucesso mundial após Chernobyl. Após sua morte, obituários nos principais jornais nacionais como o *Asahi Shimbun*, *Nihon Keizai Shimbun*, *Mainichi Shimbun*, *Yomiuri Shimbun*, *Sankei Shimbun* e muitos jornais locais traçaram suas realizações; o professor Munenori Suzuki, da Universidade de Hosei, descreveu Beck, de quem era próximo, como “*um gigante intelectual de mente aberta que examinou o risco*”.

Talvez Beck fosse menos conhecido do público chinês, mas tinha uma presença formidável na academia chinesa: pelo menos 8.000 artigos chineses em revistas acadêmicas mencionam Beck e a sociedade de risco. Apesar de seu menor reconhecimento público na China, grandes jornais e meios de comunicação reportaram seu falecimento. Em um artigo de página inteira para o *Wenhui Daily* intitulado “Quatro palavras-chave da teoria da sociedade de risco de Beck”, o professor Sun Guodong da Universidade Fudan resumiu a contribuição de Beck nas palavras-chave “segunda modernidade, reflexividade, subpolítica, cosmopolitanismo”. O professor Wu Qiang da Universidade Tsinghua escreveu um artigo sobre Beck para a *New Century Magazine*. Muitos acadêmicos dedicaram postagens a Beck no microblog Weibo. Assim como no Japão e na Coreia, a morte de Beck foi profundamente lamentada na China. ■

Contato com Sang-Jin Han  
<[hansjin@snu.ac.kr](mailto:hansjin@snu.ac.kr)>

<sup>1</sup> O autor gostaria de agradecer a Sae-Seul Park, à professora Midori Ito, a Mikako Suzuki, ao professor Yulin Chen e a Zhifei Mao por sua ajuda ao coletar as informações necessárias na Coreia, no Japão e na China.

# > As influências divergentes de Ulrich Beck na América do Norte

Por **Fuyuki Kurasawa**, Departamento de Sociologia, Universidade de York, Toronto, Canadá e membro do Conselho do Comitê de Pesquisa em Teoria Sociológica (RC16) da ISA



Ulrich Beck no Congresso Mundial de Sociologia da ISA em Yokohama, 2014.

**D**ado o incansável compromisso de Ulrich Beck com o cosmopolitismo – algo que ele não apenas teorizou, mas viveu e sentiu profundamente – talvez seja apropriado que um artigo comemorativo sobre seu papel na sociologia da América do Norte tenha sido escrito por um sociólogo nipo-franco-canadense. Ainda que eu estivesse familiarizado de longa data com o trabalho de Beck, encontrei-o pela primeira vez quando ele visitou Toronto na metade dos anos 2000. Recordo-me vivamente de sua fascinação pelo modernismo que marca a arquitetura da cidade (simbolizado por sua prefeitura, desenhada pelo arquiteto finlandês Viljo Revell) e de seu entusiasmo pelo pluralismo étnico-cultural – Toronto é um dos laboratórios sociais mais ricos do mundo para o estudo da diversidade. É claro, esses temas estavam entre as preocupações intelectuais centrais de Beck, e conforme caminhávamos e conversávamos descobri que, para além de sua ressonância intelectual, a modernização reflexiva e o cosmopolitismo eram para ele questões práticas, cotidianas.

Para avaliar o impacto de Beck na América do Norte, precisamos distinguir ao menos três mundos sociológicos intelectual-territoriais. Sua maior influência se exerceu sobre a sociologia francófona de Québec – o que não surpreende, dado seus laços históricos com o pensamento sociológico europeu. Muitos dos conceitos e linhas de argumentação centrais de Beck servem de ponto de referência para im-

portantes sociólogos de Québec, que usaram as noções de sociedade de risco e modernização reflexiva em escritos sobre modernidade e pós-modernidade (Michel Freitag, Joseph Yvon Thériault) e sobre a escalada da individualização (Daniel Dagenais); e a noção de cosmopolitismo ao refletir sobre práticas transculturais pan-americanas (Jean-François Côté). De fato, o periódico de Sociologia mais estabelecido de Québec, *Sociologie et Sociétés*, dedicou uma edição especial ao cosmopolitismo em 2012, usando a obra de Beck como referência.

Um segundo mundo sociológico norte-americano é formado pela sociologia canadense em inglês – situada na intersecção entre os polos sociológicos dos Estados Unidos e europeu –, marcada por um grau intermediário de engajamento com a obra de Beck. Embora talvez menos visível no Canadá de língua inglesa do que em Québec, seus escritos afetaram ao menos três subcampos disciplinares: a sociologia da securitização e da vigilância, notadamente em torno às ligações entre novos regimes de segurança e avaliação do risco (David Lyon, Sean P. Hier, Daniel Béland); a sociologia ambiental, por meio de estudos de caso sobre o gerenciamento público de riscos locais (Harris Ali); e a economia política canadense, especialmente em relação ao trabalho precarizado (Leah Vosko).

A sociologia dos Estados Unidos, de longe a mais vasta das



três zonas norte-americanas, é aquela em que Beck deixou uma marca mais discreta. O excepcionalismo dos Estados Unidos é particularmente impressionante se comparado à influência de Beck na Europa, na Ásia e na América do Sul (conforma atestam os demais artigos nesta edição da *Diálogo Global*). Poderia ser tentador recorrer à contraposição fácil e já gasta entre o empirismo dos Estados Unidos e o “teorismo” europeu para explicar essa situação anômala, mas há fatores mais substanciais em operação. De uma perspectiva institucional, nenhuma rede de colaboradores ou seguidores de Beck disseminou suas ideias nos departamentos de Sociologia de ponta dos Estados Unidos (Michigan, Wisconsin, Chicago, Berkeley, Harvard etc.) Além disso, ao invés de ter por objetivo um marco analítico unificado, Beck preferia escrever seus artigos em estilo ensaístico, por meio do qual podia desenvolver um aparato conceitual em transformação, reagindo a rápidas mudanças nas circunstâncias histórico-sociais. Assim, seus conceitos não eram operacionalizáveis de imediato para servir à investigação empírica detalhada e precisa de vários domínios da vida social. A respeito disso, sua visibilidade relativamente pequena nos Estados Unidos lembra aquela de Zygmunt Bauman; o limitado impacto de ambos pensadores contrasta agudamente com a presença quase canônica de Bourdieu. Adicionalmente, para usar a influente taxonomia de Michael Burawoy, Beck era um intelectual público tradicional, cujo trabalho não se encaixa prontamente nos parâmetros da sociologia profissional nos Estados Unidos. Sua atividade intelectual pública – mais recentemente, suas críticas à chanceler alemã Angela Merkel (ou, como Beck a chamava, “Merkiavel”) e seu projeto de uma Europa centrada na Alemanha – não ficou amplamente conhecida nos Estados Unidos, apesar de refletir o tipo de sociologia pública e politicamente dirigida pela qual Burawoy, Orlando Patterson, Michèle Lamont e outros sociólogos proeminentes baseados nos Estados Unidos têm advogado.

Ao mesmo tempo, no entanto, a influência de Beck pode ser encontrada em muitos segmentos da sociologia americana. Grandes figuras, como Jeffrey C. Alexander, Craig Calhoun e Saskia Sassen envolveram-se substancialmente com seus escritos, enquanto a noção de sociedade de risco se tornou um elemento central da sociologia ambiental e de algumas linhas da sociologia da ciência e da tecnologia (particularmente aquelas que lidam com o gerenciamento organizativo do risco e com a política tecnocientífica do risco). É interessante que a invocação de Beck do cosmopolitismo metodológico foi levada ao pé da letra em análises sociológicas feministas baseadas nos Estados Unidos sobre formas de dominação interseccionais, bem como por teóricos do sistema-mundo, sociólogos histórico-comparativos investigando civilizações ou impérios, etnógrafos globais multi-situados e sociólogos explorando os confrontos políticos transnacionais, entre outros. Ou seja, uma afinidade implícita – frequentemente insuspeita – vem aproximando há anos a crítica de Beck do nacionalismo metodológico e algumas das correntes mais dinâmicas da sociologia estadunidense.

Para continuar seu legado, eu proporia que quatro áreas de pesquisa podem se erguer sobre seus principais interesses. A primeira examinaria as implicações sociopolíticas de ciclos cada vez mais acelerados de emergência de riscos globais. Isso incluiria entender os processos altamente seletivos por meio dos quais as organizações constituem, simbólica e politicamente, certos desenvolvimentos como riscos urgentes (por exemplo, o terrorismo), enquanto negligenciam outros (por exemplo, a pobreza sistêmica e a violência estrutural). Segundo, deveríamos trazer para o primeiro plano o impacto das forças globais nos fenômenos sociais – não importando qual sua escala analítica – e assim problematizar, ao invés de tomar como dado, o caráter do “social” como nosso objeto de estudo. Terceiro, deveríamos tentar entender melhor o funcionamento de atores e instituições que apresentam projetos coletivos igualitários e culturalmente pluralistas que têm afinidades com o cosmopolitismo; mas também, tão importante quanto isso, atentar para forças chauvinistas anti-cosmopolitas que têm presença significativa na sociedade civil global. Quarto, poderíamos desenvolver ferramentas metodológicas e de coleta de dados que não tomem apenas ou implicitamente o Estado-nação como unidade padrão de análise, tendo em vista poder comparar e contrastar fenômenos, atores e instituições (como cidades, regiões ou corporações transnacionais) supra ou subnacionais. De fato, Beck estabeleceu uma agenda e um enquadramento capazes de dar conta das questões imperativas de nossa época.

Beck e eu nos encontramos pela última vez em dezembro (2014), em Paris, em uma oficina sobre dados e métodos de pesquisa cosmopolitas, ocasião em que ele falou com muito entusiasmo de seu próximo livro, *The Metamorphosis of the World*. Ele o via como sua grande obra, a defesa de uma nova visão de mundo científica e social e um quadro de referência adequado para analisar as mudanças metamórficas que testemunhamos hoje. Essa foi apenas a última de suas muitas ideias visionárias e mais uma evidência de sua criatividade intelectual capaz de ver o aspecto mais geral das coisas. Na última noite da oficina, jantei com um amigo em um pequeno e tradicional bistrô, do tipo que está desaparecendo rapidamente das áreas centrais de Paris. Quando saímos do restaurante, notamos que Beck e sua esposa, Elisabeth Beck-Gernsheim – ela mesma uma socióloga de primeira linha – estavam um pouco adiante e devem ter jantado no mesmo restaurante. Não quisemos nos intrometer quando eles caminhavam já longe, mas tivemos uma breve visão dos dois, caminhando de mãos dadas, antes de serem gradualmente engolidos pelo ar gelado e nebuloso de uma noite parisiense. Essa será minha última memória de Ulrich Beck, um homem de grande intelecto e alma bondosa, vagando pelas ruas de nosso mundo social. Sua morte é uma grande perda para mim, a nível pessoal, e também para a sociologia e para as ciências sociais como um todo. ■

Contato com Fuyuki Kurasawa <[kurasawa@yorku.ca](mailto:kurasawa@yorku.ca)>

# > A jornada da Irlanda rumo ao desastre econômico

Por **Seán Ó Riain**, Universidade Nacional da Irlanda, em Maynooth, Irlanda

**N**a década de 1990, a Irlanda ficou mundialmente conhecida como o “Tigre Celta”, de rápido crescimento. A explosão das exportações, impulsionada pelo investimento estrangeiro, ganhou as manchetes dos jornais, mas a verdadeira história foi um enorme crescimento do emprego em um país historicamente marcado por alto desemprego e emigração. No fim do *boom* da década de 1990, a sociedade irlandesa tinha disponíveis recursos até então inimagináveis, incluindo riquezas econômicas, institucionais e culturais. A economia irlandesa havia sido estabilizada, ganhos significativos de desenvolvimento foram alcançados e o pesado fardo relativo ao pagamento de uma enorme dívida nacional herdada da década de 1980 estava prestes a ser aliviado.

Em 2008, no entanto, esses recursos haviam desaparecido na fumaça, aparentemente explodidos em pedaços pela crise financeira. O país garoto-propaganda da economia global liberal dos anos 1990 tinha sido transformado em um conto preventivo a respeito do capitalismo em sua forma mais dura.

O que levou a essa transformação dramática? Três dos grandes temas do capitalismo contemporâneo - a financeirização, a integração internacional e as políticas econômicas “liberais” - se combinaram para tornar a crise da Irlanda particularmente dramática. Em primeiro lugar, o boom da década de 1990 havia sido construído sobre o investimento produtivo em novas indústrias apoiadas por ativas agências estatais de desenvolvimento, mas a década de 2000 viu o surgimento de especulação imobiliária, com crédito barato e “conversões” especulativas de edifícios residenciais e comerciais, o que conduziu a uma bolha imobiliária. Em última análise, isto levou a uma quebra dos bancos, e dívidas bancárias enormes foram transferidas para o público.

Em segundo lugar, a financeirização da Irlanda tinha sido levada a alturas perigosas pelas alterações da dinâmica da integração europeia. Na década de 1990, os fundos públicos europeus foram responsáveis por uma alta proporção do investimento na Irlanda. Na década de 2000, no entanto, enormes fluxos de crédito privado dominaram a economia e os

bancos irlandeses se tornaram fortemente endividados com credores internacionais. Por uma questão de política, a União Europeia promoveu o aumento da integração financeira - inclusive através da criação do euro como moeda unificadora -, embora muitos governos nacionais e a Comissão Europeia reduzissem o investimento social e de capital. Em um lugar onde, anteriormente, a Europa tinha investido fortemente em seu futuro, ela agora especulava sobre ele.

Em terceiro lugar, a própria política nacional da Irlanda ajudou a transformar as pressões da financeirização internacional em um desastre nacional. O governo do fim dos anos 1990 combinou populismo e neoliberalismo em um coquetel perigoso, cortando quase todos os impostos e tornando-se cada vez mais dependente de um imposto sobre vendas de propriedades para financiar o aumento dos gastos. Quando as bolhas de crédito e imobiliária estouraram na crise de 2008, a Irlanda ficou com um buraco enorme em suas finanças públicas - e, em resposta, a Irlanda mudou abruptamente para aumentos dramáticos de impostos e cortes drásticos nos gastos.

A história da Irlanda oferece algumas lições importantes sobre o liberalismo econômico realmente existente. Muitas vezes classificada com a família “liberal” anglo-americana de capitalismo, algumas características da experiência da Irlanda são familiares. O corte de impostos sobre rendimentos do capital e o fornecimento de incentivos fiscais para estimular o investimento, dependendo do mercado de ações para fornecer supervisão, insistindo na regulação bancária superficial e limitando a capacidade do Estado para sequer reunir informações sobre atividades bancárias - todos estes “mecanismos de mercado” cruciais e familiares contribuíram diretamente para a crise desastrosa da Irlanda.

Havia outros elementos também, é claro. Um sistema de governo altamente centralizado deu enorme poder a um pequeno grupo de ministros chave, facilitando uma visão estreita e fechada do desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo que enfraquecia a governança democrática. As políticas fiscais que levaram ao crescimento cada vez maior da bolha especulativa, enquanto enfraqueciam a





base tributária nacional, lançaram as bases para a austeridade mais tarde. Um estado de bem-estar que priorizava transferências de renda em vez de serviços públicos universais minou o apoio público para a proteção de serviços sociais. Todos estes foram fatores políticos que tiveram um grande impacto. Mas cada um desses fatores também é uma característica do mundo “liberal” do capitalismo. As economias liberais anglo-americanas tendem a ter mais organizações públicas e privadas hierárquicas e a conferir mais poder aos partidos do governo; eles tendem a gerar déficits orçamentários e enfatizar os benefícios ligados a renda em vez de serviços universais. Essas características podem não ser aspectos de “mercados”, mas elas são mais comuns em capitalismo liberais - e são, portanto, elementos comuns do liberalismo realmente existente.

Mais de seis anos após a sua crise, a economia da Irlanda está agora mostrando sinais de uma recuperação frágil e desigual. Em particular, o emprego está crescendo e as receitas fiscais estão aumentando, enquanto os déficits orçamentários estão diminuindo. No entanto, a capacidade da Irlanda de avançar é ameaçada pelas mesmas três tendências que contribuíram para sua crise. Embora os bancos não estejam emprestando de forma imprudente como já fizeram, eles fornecem pouco crédito para as empresas produtivas, e o governo somente agora criou um banco de investimento público há muito prometido. Tanto o setor financeiro quanto o imobiliário estão novamente sendo impulsionados como propulsores de crescimento, de modo

**“Em um lugar onde, anteriormente, a Europa tinha investido fortemente em seu futuro, ela agora especulava sobre ele”**

que o aumento dos aluguéis e dos preços coloca pressão sobre as famílias e as pequenas empresas.

Paralelamente a esta emergente refinanceirização, a resposta política da zona do euro tem sido notoriamente inadequada. Talvez não seja surpreendente que os líderes europeus tenham promovido “austeridade”, na medida em que até mesmo as social-democracias da Europa tenham sido historicamente relutantes a incorrer em déficits orçamentários e a expor-se aos mercados financeiros internacionais. Mas parece surpreendente que essas mesmas social-democracias tenham consistentemente rejeitado tentativas sérias para equilibrar os cortes atuais de gastos com planos de investimentos significativos para estimular o crescimento ou o bem-estar social. Um plano de investimento em curso, canalizado através de agências públicas, é ofuscado por uma nova rodada de “flexibilização quantitativa”, que repassa fundos para as finanças privadas.

Finalmente, o atual governo da Irlanda está correndo mais uma vez para cortar impostos, não surpreendentemente um movimento popular frente a uma população sitiada. Isto põe em foco um desafio para as forças que se opõem às atuais políticas de austeridade europeias e irlandesas. Contrariamente à percepção comum, equilibrar orçamentos não foi uma tática dos liberais econômicos da Europa, mas sim de sociais-democratas da UE. Eles têm procurado solidariedade social em um contrato social baseado na taxa de emprego elevada, fortes serviços sociais e salários igualitários – tudo isso envolvido por um escudo protetor das finanças prudentes. As abordagens irlandesas e europeias hoje enfatizam apenas a casca, incluindo pequenas porções da proteção social. A re-descoberta de um projeto antigo social-democrata envolvendo prudência, proteção e atividades economicamente e socialmente produtivas - uma abordagem há muito tempo marginalizada nos debates políticos da União Europeia - está muito atrasada. ■

Contato com Seán Ó Riain <[Sean.ORiain@nuim.ie](mailto:Sean.ORiain@nuim.ie)>

# > Em defesa da esfera pública

Por **Mary P. Corcoran**, Universidade Nacional da Irlanda, em Maynooth, Irlanda



*Manifestação de uma sociedade civil renovada - loteamentos nos subúrbios de Dublin. Foto por Maria Corcoran.*

**C**omo em outras democracias liberais, a esfera pública institucional – representada por bens e serviços fornecidos pelo setor público, educação e meios de comunicação social do serviço público – encontra-se em recuo na Irlanda. Ao mesmo tempo, o que eu chamo de esfera pública intersticial – eventos de pouca notoriedade, atividades e práticas que encarnam a publicidade e o espírito público – vem cada vez mais fazendo sentir a sua presença, à medida que a sociedade irlandesa se confronta com os anos de austeridade. É possível visualizar uma República reformada em que os valores que se cristalizam na esfera pública intersticial se difundem para a esfera pública institucional, forçando um reequilíbrio das relações entre mercado, Estado e sociedade civil.

A esfera pública formal sofreu uma

série de reveses com a retirada de recursos materiais e sua exposição à crítica implacável. Este é o resultado de 30 anos de “riqueza privada e sordidez pública”, para usar as palavras de J. K. Galbraith. Os profissionais de saúde, educadores e funcionários públicos são alvo de ataques de políticos, de entusiastas do setor privado e dos meios de comunicação. A análise de Anthony Cawley sobre o enquadramento da mídia a respeito do setor público na Irlanda de 2008 a 2010 é instrutiva a esse respeito. Ele demonstra que as reportagens da mídia representaram o setor público em oposição ao setor privado, com o setor público mais comumente associado ao “custo”, “fardo” e “gastos”, enquanto que o setor privado foi principalmente associado ao “investimento” e à “criação de riqueza”. Nós nos tornamos tão acostumados a este dispositivo de polarização que ele quase passa despercebido.



Nos anos que antecederam a crise, a Irlanda foi reconfigurada através da financeirização e mercantilização. Não era apenas o setor de bens e serviços públicos que foi prejudicado. Intelectuais públicos percebiam que era cada vez mais difícil (ou, em alguns casos, inconveniente) habitar um espaço crítico. Alguns alegaram que os intelectuais públicos não protestaram o suficiente contra o desenfreado fundamentalismo de mercado que asfixia a vida política e cultural irlandesa. Intelectuais públicos encontravam-se a tocar o segundo violino para os tecnocratas de fala rápida. As vozes daqueles que realmente falaram ao público passaram despercebidas ou não ouvidas.

Dado o papel hegemônico da Igreja Católica em um Estado em grande parte teocrático (e muito autocentrado), a sociedade civil tem sido sempre relativamente pouco desenvolvida e com poucos recursos, pelo menos em comparação com outros países europeus. O país tem poucas instituições com autoridade para além das fronteiras do Estado que oferecem uma plataforma para elaborar e defender o valor do “público”, seja com relação a nossos bens e serviços públicos, seja os nossos intelectuais públicos, seja o domínio público em nossas cidades e vilas.

A crise pode também, no entanto, ser vista como uma oportunidade. A Irlanda está atravessando um período de retração econômica, volatilidade política e reflexão psicossocial. Nós “perdemos o enredo”, “perdemos o prazo de nós mesmos” e perdemos a nossa soberania econômica. Mas também nos tornamos mais resistentes e mais engenhosos - mais visível no domínio público intersticial em nossas cidades, vilas e bairros. Aqui encontramos evidência de animação e renovação à medida que as pessoas abraçam suas facetas públicas, cívicas e sociais através de uma gama de práticas cotidianas na produção e troca; em formas de ação participativas, democráticas e diretas; realizadas via

espaços intersticiais e virtuais. Mesmo um exame superficial da vida cotidiana demonstra a presença de “espaços de potencial” em nosso domínio público intersticial, muitas vezes formado a partir de baixo, alimentada por cidadãos ativos e vivos para a necessidade humana de interação cívica.

Espaços produtivos, tais como loteamentos urbanos, e espaços de intercâmbio, tais como os mercados de agricultores, foram florescendo em cidades e suas zonas interiores nos últimos anos, desafiando o modelo de consumo de massa, reconectando as pessoas com a natureza e conscientizando sobre questões relacionadas ao meio ambiente e sustentabilidade. As bibliotecas públicas foram discretamente se reinventando para o século XXI e constituem um excelente exemplo de prestação de serviços embutidos em localidades que atendem às necessidades dos recém-chegados, seja irlandês ou imigrante. Um oficial da polícia confidenciou que o espaço mais integrado na cidade de Dublin é uma biblioteca pública nos mais recentes subúrbios Oeste de Dublin.

Há um sem número de exemplos de espaços baseadas em atividades de potencial, que ajudam a animar o espaço público a partir do zero: o mergulho *Liffey anual*, a maratona de Dublin ou o ponto de banho público “Forty Foot” no sul de Dublin estão abertos a tudo, atraem pessoas de todas as esferas da vida, têm baixas barreiras de entrada e são expressões públicas de nossa (irlandesa) alegria em auto-flagelação! Até 700 festivais e eventos são realizados anualmente por todo o território da Irlanda. Estes espaços encenados de potencial que geralmente dependem de enormes esforços voluntários e de boa vontade por parte das comunidades locais lembram-nos dos prazeres a serem desfrutados da arte, comida, história, música, literatura e poesia.

Espaços intersticiais de potencial incluem galerias de pop-up de arte, lojas e performances (muitas vezes em edifícios fantasma que sobraram após

a crise imobiliária), eventos *flash mob* e as recém-populares feiras de vendas de produtos usados por particulares. Tais eventos de improviso animam nossos espaços públicos, fazem-nos reexaminar alguns dos nossos pressupostos (reciclagem, *upcycling*, bem como andar de bicicleta são cada vez mais populares). Espaços virtuais de potencial operaram através de comunicação mediada por computadores, e oferecem oportunidades para a organização política, arrecadação de fundos para o empreendedorismo e uma vibrante *creative commons*.

O trabalho da *Gaelic Athletic Association* - uma organização voluntária que é frequentemente o primeiro porto de entrada para aqueles que pretendem construir comunidades em cidades-dormitórios e subúrbios de campos verdes - desempenha um papel importante na promoção de um sentimento de identidade, pertencimento e governança pública. Espaços democráticos / participativos abrangem iniciativas tão diversas como “Reivindicando o nosso Futuro”, uma federação de grupos da sociedade civil que se uniram para explorar a melhor forma de conseguir uma Irlanda mais equitativa, inclusiva e sustentável; o projeto Galpão dos Homens, que fornece um ponto de encontro para homens mais velhos se reunirem e desfrutarem de atividades baseadas em artesanato e de lazer; e a altamente eficaz campanha Anti-Água, que transborda pelas ruas. Todos estes espaços de potencial constituem locais importantes de engajamento cívico que têm o efeito de reanimar a esfera pública irlandesa a partir de baixo, de modo que os cidadãos vejam que há mais na vida pública do que a economia. É também sobre a sociedade. À medida que esta esfera pública intersticial cresce e se difunde, ela tem o potencial de recapturar a esfera pública institucional como parte do projeto mais amplo de renovação da República. ■

Contato com Mary Corcoran  
<[Mary.Corcoran@nuim.ie](mailto:Mary.Corcoran@nuim.ie)>

# > O movimento das mulheres irlandesas

Por **Pauline Cullen**, Universidade Nacional da Irlanda, em Maynooth, Irlanda



*A primeira onda do movimento das mulheres irlandesas incluem a Cumann na mBan - uma organização paramilitar de mulheres republicanas que lutaram na Revolta da Páscoa de 1916 contra o domínio britânico.*

**A** longa história do patriarcado irlandês é rivalizada pela evolução contínua dos movimentos de suas mulheres. O feminismo complexo e transnacional de hoje encontra o seu precursor na era colonial. A primeira onda do movimento de mulheres irlandês remonta a meados do século XIX, com a garantia do direito das mulheres ao voto em 1918, ainda sob o domínio colonial britânico. Feministas da primeira onda desempenharam um papel no movimento nacionalista, mas suas demandas foram postas de lado depois, durante a construção de um estado pós-colonial irlandês católico conservador. Na década de 1970, a segunda onda marcou um período crítico de radicalismo e consolidação, com ganhos importantes em questões relacionadas à violência contra as mulheres e direitos reprodutivos das mulheres. A década de 1980, ao contrário, foi um período de conservadorismo

social, elevado desemprego e emigração, marcado por uma reação significativa contra os ganhos obtidos pelos defensores dos direitos das mulheres, incluindo a proibição constitucional do divórcio e do aborto.

A década de 1990 trouxe um período de calmaria no ativismo feminista, marcado pela descentralização e fragmentação do movimento de mulheres em uma rede de grupos comunitários e voluntários. No entanto, a legalização do divórcio, a descriminalização da homossexualidade e o aumento da participação das mulheres na força de trabalho fornecem evidências do ativismo feminista e de uma mudança nas atitudes sociais. Durante este período, ativistas feministas divulgaram com sucesso muitas questões anteriormente estigmatizadas, ao mesmo tempo em que garantiram o apoio do Estado para a igualdade, a legislação



sobre a contracepção e financiamento para uma variedade de serviços para as mulheres. A década de 1990 também foi pontuada por litígios sobre direitos reprodutivos nos tribunais europeus, uma estratégia que teve resultados mistos em termos de mudança constitucional. Esta terceira onda culminou em um movimento que se tornou cada vez mais profissionalizado e integrado em uma forma de feminismo de Estado.

Recentemente, em reação à recessão econômica, ao ressurgimento do ativismo pela direita católica e à austeridade conduzida pelo Estado, novos grupos contemporâneos têm surgido no contexto irlandês. A Rede Feminista Irlandesa (IFN), fundada em 2010, tem o objetivo de mobilizar as mulheres mais jovens. Os grupos pró-escolha continuam a mobilizar o apoio aos direitos reprodutivos, uma questão que continua a politizar sucessivas gerações feministas. A crise também afetou negativamente a infraestrutura e capacidade coletiva das mulheres para a ação - evidenciada em uma série de cortes para agências de igualdade de gênero e serviços públicos, bem como em programas de apoio a mulheres e famílias. Notavelmente, o impacto desproporcionalmente negativo da austeridade na igualdade de gênero coexiste com esforços políticos feministas relativamente fortes, incluindo protestos enérgicos contra as consequências da recessão para a equidade de gênero.

Enquanto forças globais, tais como a Grande Recessão e a direção cada vez mais neo-liberal do paradigma de desenvolvimento da Irlanda, sem dúvida, têm implicações diretas para as mulheres irlandesas e o feminismo irlandês, o papel das forças internacionais no movimento de mulheres irlandês tem sido um ponto de debate: enquanto alguns autores veem o movimento como autóctone, outros o veem como dependente de recursos internacionais. A União Europeia (UE) tem sido muitas vezes caracterizada como um fator importante nos debates da Irlanda sobre equidade de gênero. Nos anos 1980 e 1990, a resistência conservadora à "influência modernizadora" da UE sobre as leis de divórcio e aborto da Irlanda continuou a moldar a mobilização feminista, enquanto as políticas de *mainstreaming* de gênero da UE e a Corte Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) têm mais recentemente aberto oportunidades para a defesa feminista e o paradigma da igualdade de gênero. Na política irlandesa de gênero, as comparações com a Europa proporcionaram mais legitimidade às feministas que desafiavam a política nacional. Por outro lado, é claro, o ativismo feminista nacional irlandês tem sido crucial: a europeização da política de igualdade de gênero irlandesa e progressos substanciais foram alcançados através de protesto, *lobby* e litígio. Em 2014, mais de 30 dispositivos de legislação irlandesa com impactos sobre a igualdade de gênero tiveram origem no pertencimento à UE. A UE também ofereceu a

grupos feministas a oportunidade de trabalhar em nível transnacional como membros de organizações de mulheres pan-europeias, como o Lobby Europeu das Mulheres.

No entanto, a UE não oferece uma panaceia para a desigualdade de gênero profundamente enraizada e difundida na sociedade irlandesa: no nível europeu, as políticas de equidade de gênero se focam nas cidadãs europeias do sexo feminino assalariadas. Pode-se argumentar que a UE hoje oferece menos oportunidades para o avanço da igualdade de gênero no contexto irlandês do que ele fez no passado, como a pressão no sentido eliminar a sensibilidade a gênero é comum, tanto no nível nacional quanto da UE. Da mesma forma, as preocupações neoliberais com os direitos dos indivíduos e a eficiência das organizações e dos mercados combinam para apoiar as estratégias de "igualdade de oportunidades", que podem corroer velhas divisões de gênero, mas têm também reconfigurar as relações de gênero, por vezes criando novos encargos para as mulheres. No caso da Irlanda, melhorias no "capital humano" das mulheres e a sua participação no emprego remunerado são vistos como marcos do progresso, mas, muitas vezes, a reprodução social, o cuidado, a discriminação estrutural ou os desequilíbrios de poder entre mulheres e homens permanecem fora do quadro aceito.

Além da UE, grupos feministas irlandesas têm procurado há muito tempo pressionar o Estado irlandês através de processos de monitoramento da ONU para as convenções internacionais, incluindo a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e a Plataforma de Pequim. O Comitê Internacional de 2014 sobre o Relatório de Direitos Cívicos e Políticos sobre a Irlanda recomenda fortemente ações pela igualdade de gênero e maior participação das mulheres.

A Irlanda continua a ficar em lugares inferiores em *rankings* de representação das mulheres na vida econômica, política e pública, e os argumentos para a inclusão de mulheres em cargos de alto escalão de tomada de decisões políticas e econômicas continuam a ser relevantes, assim como apelos pela mudança da cultura política patriarcal da Irlanda. No entanto, o sucesso da economia irlandesa durante a era do Tigre Celta e o sucesso do movimento de mulheres abriram novas possibilidades. Feminismos irlandeses hoje são mais bem compreendidos como complexos, adaptáveis e diferenciados; caracterizados por uma capacidade de colaborar com uma gama de perspectivas sociais, culturais e políticas; e envolvidos com uma variedade de movimentos locais, nacionais e transnacionais. Mesmo nesse cenário complexo, a ação política feminista continua a ser crucial para a concretização da igualdade de gênero. ■

Contato com Pauline Cullen <[Pauline.Cullen@nuim.ie](mailto:Pauline.Cullen@nuim.ie)>

# > Conexões Celtas: Famílias Globais da Irlanda

Por **Rebecca Chiyoko King-O’Riain**, Universidade Nacional da Irlanda, em Maynooth, Irlanda



| Irlanda é inundada com amor global.

**U**ma vez famosa por sua emigração, a Irlanda é hoje uma nação mais global, o resultado da imigração durante o boom dos anos 1990 e 2000. Ao contrário de muitas expectativas, nem todos os imigrantes que vieram para a Irlanda durante o boom voltaram para sua “casa” na Polônia e em outros lugares durante a crise econômica de 2008. Na verdade, muitos permaneceram e iniciaram famílias. No que se refere aos próprios irlandeses, enquanto muitos deixaram o país na década de 1980, muitos também voltaram durante o boom - sobretudo os mais altamente qualificados, trazendo de volta experiências globais e, muitas vezes, parceiros não-irlandeses, crianças e redes transnacionais. Tudo isso tem trabalhado para tornar a Irlanda um nó cada vez mais global de comunicação.

Em 2011, o Censo irlandês concluiu que 17% da população irlandesa não havia nascido na Irlanda, um aumento de 25% em relação a 2006. Mais uma vez, em 2011, 12% indicaram não ter nacionalidade irlandesa. Enquanto 85% da população indicou que ser branco e irlandês, houve também um aumento de 87% entre 2006 e 2011 na população de etnia

asiática não chinesa (principalmente indianos, paquistaneses e filipinos), a maioria dos quais tinham menos de 40 anos. Mais de meio milhão (514.068) dos 4,5 milhões de residentes irlandeses falavam uma língua estrangeira em casa em 2011 e, de forma não surpreendente, o polonês foi de longe a mais comum, seguido pelo francês, lituano e alemão. A partir dessas mudanças demográficas, a tecnologia também permitiu novas práticas transnacionais. A rápida expansão das capacidades de banda larga e sem fios na Irlanda e no exterior fizeram com que 81% das pessoas no país em 2012 se conectassem ao mundo através da Internet, frente a 61% em 2008.

O que esse volume crescente de contatos e de aumento de conexões transnacionais íntimas entre pessoas irlandesas e não irlandesas significa para as relações dentro e fora da sociedade irlandesa?

Famílias - em suas diversas formas - estão no cruzamento de instituições interseccionais que moldam entendimentos culturais de amor e intimidade, determinando quais amores e intimidades são vistos como legítimos e quais não são. Esses entendimentos muitas vezes tomam a forma de repertórios



de comportamentos emocionais. Estas famílias transnacionais e práticas emocionais têm se tornado cada vez mais importantes para a vida cotidiana irlandesa. Sabemos a partir do Censo de 2011 que existem famílias “mistras irlandesas / não irlandesas”. Isto poderia representar membros da família com diferentes nacionalidades, tais como crianças nascidas na Irlanda e seus pais nascidos na Nigéria que vivem juntos ou grupos de amigos de diferentes nações que vivem em comunidade em um único domicílio. Alguns grupos étnicos têm taxas particularmente altas de pertencimento a tais famílias “mistras”, incluindo aqueles dos EUA (72%), Reino Unido (64%) e Nigéria (77%).

Com o aumento da diversidade étnica/racial, as famílias mistras irlandesas/não irlandesas e uma diversidade de formas de família na Irlanda, o país experimentou o crescimento de um multiculturalismo de base familiar, o que Ulrich Beck chama de “famílias globais.” Estas famílias são muitas vezes inter-raciais, interculturais, inter-religiosas e multilíngues, conectadas a outros fora da Irlanda e em todo o mundo através da mídia eletrônica. 29% dos utilizadores da internet na Irlanda em 2012 relataram que usaram a tecnologia de *webcam* para videoconferência, criando e mantendo redes de apoio emocional transnacionais.

Como essas famílias cada vez mais diversificadas estão servindo como um nó para as redes sociais que ligam a Irlanda com o mundo? Como já foi sugerido, um dos principais veículos de ligações transnacionais não é econômico, mas os laços emocionais e culturais, cada vez mais sustentados, através da utilização da tecnologia digital. O uso da tecnologia de *webcam* do *Skype* permite que as famílias na Irlanda criem espaços de “transconectividade”, ao mesmo tempo em que praticam formas de pertencimento através de grandes distâncias temporais e geográficas. Isto, por sua vez, molda sutilmente como as pessoas “fazem” trabalho emocional com múltiplas plataformas (polimídia) da tecnologia digital. Elliott e Urry argumentam que o aumento do uso da tecnolo-

gia tem levado as pessoas a “armazenar” suas emoções em dispositivos tecnológicos (como mensagens de texto e fotos *online*) para a retirada em um momento posterior - “o indivíduo pode ser enxergado como envolvido em uma ato de depósito ‘bancário emocional’ *“reservando afetos, humores e disposições no mundo dos objetos e armazenando tais aspectos da autoexperiência, até que sejam retiradas para futuras formas de simbolização e pensamento”* (Elliott e Urry, *Vidas Mobile*, 2010: 39). Além da “conta bancária emocional”, essas famílias transnacionais também se envolvem em práticas que eu chamo de “streaming emocional”, por meio da interação contínua e permanente com utilização da *webcam*.

O uso da *webcam* do *Skype* não é feito simplesmente como uma chamada de voz com um pequeno aspecto visual - sentado na tela do computador em uma imagem do rosto face a face. Em vez disso, o uso de *webcam* contínua é mais como “streaming” de vídeo ou filme *online* e é usado como uma “janela” para o movimento, barulho e caos da vida cotidiana durante horas, não minutos. Usar o *Skype*, às vezes diariamente e por longos períodos de tempo, para ficar em contato com seus entes queridos, faz com que os usuários solidifiquem laços emocionais e criem um sentimento de pertença através do espaço e do tempo. O uso da *webcam* ajuda as famílias a lidar e responder às condições de intensificação do tempo e espaço – desintensificando a interação emocional, deixando a *webcam* ligada em todos os dias e permitindo a interação transnacional contínua de longa distância.

Novas famílias na Irlanda estão mudando não só a estrutura demográfica da sociedade, mas também o alcance geográfico da própria família. Com estas novas tecnologias, as famílias estão mudando as maneiras com que as pessoas irlandesas - e as pessoas cada vez mais diversificadas a elas conectadas - vivem suas emoções e suas vidas íntimas. ■

Contato com Rebecca King-O’Riain  
<[Rebecca.king-oriain@nuim.ie](mailto:Rebecca.king-oriain@nuim.ie)>